



CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

TESTEMUNHAR A FÉ VIVA EM PUREZA E UNIDADE

**Documento aprovado pela Comissão representativa da CNBB
em sua reunião, 6 a 13 de novembro de 1973**

INTRODUÇÃO

1. Sentimos, hoje, quão profundamente as transformações, por que passa a cultura contemporânea afetam a consciência cristã.

O mundo em que vivemos abandona categorias que foram válidas durante séculos ou milênios, e faz surgir uma nova visão do universo e do próprio homem e, por isso, fala uma outra linguagem. Tal evolução se acelera vertiginosamente. Não se trata apenas de uma nova fase dentro de uma evolução contínua e linear. Trata-se do fato de que o homem adquiriu uma relação nova com o cosmos; começa a assumir, como nunca se dera antes, o papel de dominador do mundo e da sua própria existência. Ao mesmo tempo, o homem moderno, de maneira inédita, parece perder, por detrás de uma gigantesca unidade organizatória e funcional, a unidade intrínseca do seu mundo. As ciências se emancipam do domínio da filosofia. Surgem diversas imagens do homem, a da sociologia, da psicologia, a da medicina e da biologia. A filosofia mesma se transforma, de uma visão mais estática e essencialista, para uma nova, mais histórica e existencial.

Na realidade, embora a Igreja não se desinteresse das culturas do passado, sua missão é salvar o homem, comprometido com a busca e criação do seu próprio futuro. Seja qual for sua cultura, sua cosmovisão, seu nível de evolução, sua linguagem, todo homem é chamado por Cristo a uma vida nova.

Ante o impacto de tão radicais transformações, o povo cristão sente-se muitas vezes envolvido por um clima de insegurança religiosa e deseja encontrar a orientação certa pela qual pautar a sua vida. Enquanto alguns se voltam com nostalgia para um passado de serenas e definitivas certezas, outros olham para o futuro como um desafio a improvisar novas respostas às situações com as quais se defrontam .

Neste grave momento histórico, a voz dos pastores não pode deixar de se fazer ouvir. Para a linguagem e para a compreensão do homem de hoje, com seus problemas e sofrimentos, é que os pastores de hoje devem traduzir a Verdade inalterável.

As perplexidades que pesam sobre a consciência cristã não podem ser superadas exclusivamente pela apresentação de fórmulas feitas. O Povo de Deus não deve esperar de seus pastores, a cada momento, soluções pré-fabricadas para dirimir todas as dúvidas que o assaltam. Ele precisa, antes, amadurecer de tal maneira na fé que, assumindo-a com fidelidade, possa enfrentar com firmeza crítica seus questionamentos.

2. Para corresponder a esse intento, o presente documento, sem pretender simplificar a complexidade dos problemas, nem abordá-los todos, visa a oferecer a devida orientação doutrinária a todos quantos têm responsabilidade no ministério da Palavra, junto ao Povo de Deus. A estes convidamos a uma reflexão profunda, numa atitude de abertura às exigências da fé e da missão. Pretendemos, com este texto, oferecer um serviço a todas as Igrejas: aos Bispos com os seus presbitérios, aos Institutos de teologia com os que

neles estudam e pesquisam, às equipes dirigentes dos movimentos apostólicos e aos agentes de pastoral com os seus grupos. Que todos os membros de nossas comunidades se beneficiem de um novo clima de fé e encontrem apoio e esclarecimento em suas interrogações.

I. A FÉ COMO DOM DIVINO

1. A fé é um dom

“Ninguém pode vir a mim, se isso não lhe for dado por meu Pai” (Jo 6,65).

3. No ato da verdadeira fé não só cremos verdades “sobre” Deus, mas cremos o próprio Deus. O ato de fé, sendo busca de Deus e obediência a Ele, também na resposta do homem, primordialmente, é dom da graça que nos salva (cf. Rm 8,16-18; Jo 3,11 ss.31-36)¹. O Senhor da nossa fé é o Cristo Ressuscitado; sem o Espírito Santo, seu dom pascal, ninguém pode crer (1Cor 12,3; cf. At 11,21ss)², o Senhor ajudou para que cressem (cf. At 16,14)³. Por isso, a fé é dom do insondável amor redentor de Deus. Seu primeiro fruto é a entrega confiante na oração daquele que se manifestou poderoso na Páscoa do Cristo (cf. At 9,11)⁴. A fé é fundamentalmente configuração à Páscoa do Cristo. Por isso, a fé cristã é o paradoxo de uma aceitação alegre da existência e o “sim” à morte que nos conduzirá à plenitude do amor de Deus.

2. O dom da fé é confiado a toda a Igreja

“À Igreja inteira é prometida a infalibilidade” (LG 25c)⁵.

4. É na Igreja toda que habita esta fé. É a Igreja toda que dá o seu assentimento aos atos do Magistério, não exclusivamente por uma submissão obediente dos fiéis aos pastores, mas fundamentalmente pela “ação do Espírito Santo” (cf. LG 25b)⁶.

O Cristo exerce sua ação profética “não apenas pela hierarquia, que ensina em seu nome e em seu poder, mas também através dos leigos” porque “Cristo os munuiu com o senso da fé e com a graça da Palavra” (LG 35a; 34b; DV 10a)⁷.

O legado da fé é confiado à Igreja inteira, guardado na fiel Tradição, “mediante o senso sobrenatural da fé, presente em todo o povo” (LG 12a)⁸, garantido pelo Espírito Santo, que nunca deixará a Igreja apostatar de seu Fundador. É a este legado que o Magistério está vinculado e ao qual se deve referir em suas decisões, o que não significa que estas recebam seu valor do consentimento do povo. “Sob a assistência do Espírito, cresce com efeito a compreensão tanto das realidades como das palavras transmitidas, seja pela contemplação e estudo dos que crêem, os quais as meditam em seu coração..., seja pela íntima compreensão que experimentam das coisas espirituais, seja pela pregação daqueles que, com a sucessão do episcopado, receberam o carisma seguro da Verdade” (DV 8b)⁹. Assim, o crescimento na Verdade é processo vital da Igreja toda.

3. O dom da fé é vida

“Aquele que não está na Verdade, ou aquele em quem não está a Verdade, já está morto” (cf. 1Jo 2,4; 2Ts 2,10-12)¹⁰.

5. A Verdade ensinada na Igreja não é apenas uma doutrina religiosa. A Verdade é o próprio Cristo, a vida nova do mundo, cuja Páscoa gloriosa é o cerne de todas as verdades. Ele é o princípio divinamente vital, que deve permanecer na Igreja (Gl 2,5; 2Cor 11,10)¹¹.

Quando falamos da Verdade revelada, do Magistério da Igreja e de todos os que servem à Verdade, nunca nos referimos apenas a uma fórmula doutrinária, ou a uma autoridade eclesial humana, mas sempre temos consciência de que, através de todas as verdades e doutrinas, é a própria Verdade do Cristo que se revela (1Jo 5,6)¹².

O Evangelho não permaneceria vivo pela simples repetição de palavras e fórmulas. Ele permanece vivo através da fé sempre nova de quem o prega e de quem o recebe. Tornar-se-ia um mero documento de uma história remota e deixaria de ser o Evangelho salvífico de hoje e de amanhã, se não fosse apelo total ao homem concreto de cada época e se não convertesse os homens dentro de situações de vida sempre renovadas.

Como vida de Deus em nós, ele transcende todas as fórmulas. Nenhuma palavra, nem a letra da Bíblia, nem os dogmas exaurem a plenitude de vida que o Espírito comunicou à sua Igreja. O Evangelho não é, pois, um documento petrificado no passado, mas “se conserva vivo na Igreja, confiando, em primeiro lugar, aos Bispos, sucessores dos Apóstolos” (DV 7b; CD 12; LG 25a)¹³.

Como dom vivo de Deus à sua Igreja, ninguém, se pode considerar senhor e dominador da fé (2Cor 1,24)¹⁴. O próprio Magistério não está acima da Palavra de Deus, mas a seu serviço (DV 10b)¹⁵.

4. O crescimento do dom da fé

“Eu plantei, Apolo regou, mas foi Deus quem fez crescer” (1Cor 3,6).

6. Como vida, a fé é destinada a crescer na Igreja e esse crescimento não é apenas a soma ou o resultado dos incrementos e progressos que ela atinge em cada um de nós. É na Igreja toda que ela amadurece. É a Igreja toda que tende a possuir da fé uma visão sempre mais rica e sempre mais clara do que tinham as gerações passadas. É, por exemplo, certo que do mistério admirável da Imaculada Virgem Mãe de Deus, a Igreja de hoje possui uma compreensão mais explícita do que a Igreja de séculos anteriores. “A Igreja, no decorrer dos séculos, tende continuamente para a plenitude da Verdade divina, até que se cumpram nela as palavras de Deus” (DV 8)¹⁶. É nesta vida mais rica da fé que a Igreja de hoje encontra a força para enfrentar situações muito mais complexas do que as que enfrentou no passado, em meio a um mundo cada vez mais pluralista e mais consciente da sua autonomia (GS 36)¹⁷.

7. Um dos meios pelo qual o Espírito garante este permanente crescimento na fé é a diversidade dos carismas que Ele suscita na Igreja, para o desempenho das diversas funções reclamadas por esse crescimento. É o próprio Cristo que dá o seu Espírito a todos e a cada um, como lhe apraz, numa rica diversidade de carismas e tarefas. É ele quem dirige a Igreja nos seus membros e nos seus pastores, não eliminando, mas afirmando os dons específicos de cada um. “O conjunto dos fiéis, ungidos que são pela unção do Espírito Santo, não pode enganar-se no ato de fé... Por este senso da fé, excitado e sustentado pelo Espírito da Verdade, o Povo de Deus, sob a direção do sagrado Magistério, a quem fielmente respeita, já não recebe a Palavra de homens, mas verdadeiramente a Palavra de Deus” (LG 12a)¹⁸. Assim a Páscoa do Senhor opera, em todos, os múltiplos dons necessários para a Igreja toda. Os pastores, crendo no único Pastor Supremo, servem, com autoridade, a este povo guiado pela graça do Espírito Santo.

E certo, contudo, como já se vê nas atitudes concretas dos Apóstolos com relação aos diversos carismas, que os pastores são, entre todos, o princípio visível da unidade (1Cor 14,39; 2Cor 5,20; Gl 1,6-10)¹⁹. “Nem todos são pastores, nem todos são profetas ou doutores” (1Cor 12,28)²⁰, mas todos se completam e concorrem para que a vida da fé cresça na Igreja inteira.

8. A garantia desse crescimento encontra-se fundamentalmente na unidade e comunhão com toda a Igreja. Esta unidade é sempre o argumento eminente da própria Verdade (Jo 17,21)²¹. Jamais se terá a garantia da fé verdadeira senão dentro dessa união fraterna de toda a Igreja. Como dom do seu amor, o Cristo deu à Igreja os ministros, por cujo empenho o povo santo é visivelmente unificado. Através deles e por sua Palavra, Deus opera o mistério da reconciliação. Eles, num sentido específico e inconfundível,

desempenham o encargo, em nome de Cristo, e são seus embaixadores (2Cor 5,18-20)²².

II. A FÉ E O MINISTÉRIO DA PALAVRA

1. A missão dos pastores

“O ofício de interpretar autenticamente a Palavra de Deus... foi confiado unicamente ao Magistério vivo da Igreja” (DV 10b)²³.

9. Por Cristo, os pastores são constituídos pregadores autênticos da fé e guardiães da sua integridade e identidade.

Não devemos perder de vista a doutrina do Concílio Vaticano I, que proclama claramente a infalibilidade do Sumo Pontífice, chefe do Colégio dos Bispos e a infalibilidade deste mesmo Colégio Episcopal, em comunhão com o sucessor de Pedro, não só quando reunido em Concílio, mas também quando, no exercício do magistério ordinário, seus membros “dispersos pelo mundo, ensinam autenticamente, em comunhão com o Papa, sobre assuntos de fé e de moral, concordando numa sentença que deve ser mantida de modo definitivo” (Pastor Aeternus, cap. IV, D. 1839; LG 25b)²⁴.

Cada pastor deve procurar a Verdade, em comunhão com o Papa e com todo o Colégio Episcopal; e todos os pastores juntos saberão que a Verdade os transcende. É só o Espírito que nos pode introduzir na Verdade e introduzir a Verdade em nós (cf. Jo 16,13)²⁵.

Os pastores não podem desempenhar sua missão de pregadores e intérpretes da Verdade pela simples repetição de citações bíblicas ou de fórmulas dogmáticas, sem procurar penetrá-las numa compreensão cada vez maior. Esse esforço supõe, nos pastores, a humilde atitude perante a Verdade, de quem se questiona e sabe deixar-se questionar. O contrário seria subtrair-se e subtrair a própria Igreja ao influxo do Espírito de Cristo. O Magistério, na sua sublime tarefa, precisa de modo especial desse Espírito. Só assim, também os pastores serão capazes de “auscultar piamente a Palavra, de santamente guardá-la e fielmente expô-la” (DV 10b)²⁶.

Por esta razão, ensina o Vaticano II, que é à custa de esforço humano também e de cuidado sério, que os pastores devem usar os meios aptos para investigar exatamente e enunciar convenientemente a Revelação (cf. LG 25d)²⁷. Se na Igreja primitiva, os Bispos buscavam, em penoso trabalho, a compreensão adequada da Verdade inalterável, tanto mais os pastores de hoje, fiéis à Revelação e atentos também ao homem contemporâneo, devem empenhar-se em interpretar a eterna Verdade para hoje e amanhã.

10. Penetrar e expor cada vez mais fielmente de maneira mais apropriada a Palavra de Deus é dever da Igreja toda. Por isso, não só a catequese, mas também a exegese e a teologia, são funções da Igreja inteira. Entretanto, esse dever cabe em primeiro lugar aos que têm a responsabilidade principal quanto à Palavra, para que ela seja ouvida e entendida.

Seria postergar a própria história da Igreja e negligenciar uma parte inerente ao Magistério, querer reservar para os pastores o puro carisma da autoridade e atribuir o árduo trabalho e o empenho de interpretar, com competência, exclusivamente aos exegetas e aos teólogos. Nem os primeiros deveriam dispensar o trabalho dos segundos; nem os teólogos podem responsabilmente trabalhar sem a união constante com toda a Igreja, especialmente com os pastores.

Sendo estes os primeiros pregadores, devem eles, em primeiro lugar, comprometer-se com o trabalho hermenêutico e teológico, que é uma necessidade intrínseca do anúncio da Mensagem. Pois este anúncio tem compromisso ao mesmo tempo com a eterna

Verdade imutável, revelada definitivamente em Cristo, e com a história humana, em transformação profunda e acelerada. A teologia, como “fé buscando a sua própria compreensão”, é uma tarefa comum e permanente, da Igreja peregrina, especialmente, porém, dos seus pastores.

2. Os colaboradores da Palavra

“A uns é dada pelo Espírito a linguagem da sabedoria, a outros, porém, a linguagem da ciência” (1Cor 12,8).

11. O Concílio Vaticano II exige que os pastores “se esforcem, cuidadosamente, usando meios aptos para investigar... e anunciar a Revelação” (LG 25)²⁸. Contudo, o mesmo Concílio diz que a Igreja toda, Esposa do Verbo, deve esforçar-se para conseguir uma compreensão cada vez mais profunda desta mesma Revelação (DV 23)²⁹.

Sob pena de trair o seu sublime e exclusivo dever, o de ser critério de autenticidade entre todos os dons do Povo de Deus, o Magistério precisa da ajuda de especialistas competentes na ciência divina e nas ciências humanas. Para ensinar responsabilmente nos dias de hoje, o Magistério não pode confiar apenas na sua autoridade, como se esta gozasse de uma independência absoluta quanto a um trabalho de busca e de pesquisa (LG 25b; DV 10b)³⁰.

A tarefa dos teólogos e exegetas é indispensável, para os pastores e para toda a Igreja, porque, por seu trabalho como que preparatório, amadurece o julgamento da Igreja” (DV 12c)³¹.

A teologia deve seguir suas próprias leis científicas, mas, ao mesmo tempo, deve saber que a Verdade nunca pode ser reduzida a um mero objeto histórico-científico. O que ela visa é contribuir para que esta Verdade seja não apenas mais inteligível, senão também mais crível.

12. O trabalho hermenêutico da exegese e da teologia se desenvolve em dois níveis, porque Deus nos “falou através de homens e de modo humano” (DV 12a)³².

No primeiro nível, trata-se de “descobrir a intenção dos hagiógrafos”, como também, nos documentos do Magistério, é mister descobrir a intenção direta dos que os promulgaram. “É preciso que o intérprete pesquise o sentido que, em determinadas circunstâncias... conforme à situação de seu tempo e de sua cultura, o autor humano quis exprimir e exprimiu por meio dos gêneros literários então em uso” (DV 12b)³³. A exegese moderna possui um rico instrumental científico para levar a cabo esta tarefa. O método é histórico, filológico e histórico-filosófico. É um trabalho que tem suas próprias leis científicas e que está a serviço do conhecimento do espírito da Escritura

O segundo nível da hermenêutica, que embora não desligado do primeiro, essencialmente o transcende, refere-se ao plano divino no qual a Escritura se insere. Se o método histórico-científico nos fornecesse adequadamente o significado divino da Revelação, a própria exegese não serviria à fé, mas a destruiria. Em última análise, o conteúdo divino da Escritura é Deus como “causa de nossa salvação” (DV 11b)³⁴. Somente crendo é que a Igreja transcende a dimensão humana da Escritura e se abre àquele que se revela a si mesmo e os arcanos mistérios de sua vontade. (Vaticano I, Constituição Dogmática DEI FILIUS, cap. 2, De Revelatione - DS 3004)³⁵.

a) A regra da fé

13. Para que esta fé seja razoável e responsável, o Concílio Vaticano II exige, além da pesquisa histórico-exegética, o trabalho propriamente teológico. Para isso, deve levar-se em conta, com a maior diligência, “o conteúdo e a unidade de toda a Escritura. O último princípio dessa unidade é a Pessoa e a obra de Jesus Cristo. Toda a Igreja, o Povo de Deus e especialmente o Magistério, como também os teólogos e exegetas, não podem

cumprir esse dever se não ficarem fiéis à autêntica Tradição e se não considerarem tudo dentro da “analogia da fé” (DV 12c)³⁶.

Como “os livros da Escritura ensinam com certeza, fielmente e sem erro a verdade que Deus, em vista da nossa salvação, quis fosse consignada nas Sagradas Escrituras” (DV 11b)³⁷, estas mesmas Escrituras, sempre lidas e fielmente interpretadas pelo “conjunto dos fiéis” (LG 12a)³⁸ e especialmente pelos pastores, são a norma primordial da doutrina da Igreja. Por isso, esta “sempre venerou as Divinas Escrituras, da mesma forma como o próprio Corpo do Senhor” (DV 21)³⁹. A Igreja, “tem as Escrituras, juntamente com a Sagrada Tradição, como suprema regra de sua fé, porque comunicam imutavelmente a Palavra do próprio Deus” (ibid.). Na penosa e difícil caminhada pela história, “é tão grande o poder e eficácia que se encerram na Palavra de Deus, que ela constitui sustentáculo e vigor para a Igreja e, para seus filhos, firmeza na fé... pura e perene fonte de vida espiritual” (ibid.).

Para se guardar íntegro o legado da fé, não basta justapor verdades a outras verdades. Isto obscureceria a única Revelação de Deus em Jesus Cristo. Exige o Concílio que se guarde a doutrina da fé integralmente, mas que se observe e busque aquela “hierarquia das verdades”, que constitui a ordem intrínseca de nossa fé, a fim de que nos entreguemos mais à Verdade do único Deus em Jesus Cristo. O Espírito Santo, e não uma pura análise científica, dá à sua Igreja este discernimento, para que ela, confiante e unida, em todos os seus membros, em torno dos pastores, se aproxime sempre mais da fonte de sua fé.

Pastores e teólogos, cada qual à sua maneira, participam assim da solicitude por todas as Igrejas (2Cor 11,28)⁴⁰. Mas o Senhor da História dessa Igreja é o Cristo, que a governa no seu Espírito Pascal (Jo 14,26; 16,13-15)⁴¹. Esforçando-se penosamente, na busca e na pregação da Verdade, a Igreja deve ter a coragem da fé, de crer que o rebanho e os pastores tenham sempre consigo aquele Espírito que “o mundo não pode receber” (Jo 14,16-17)⁴². Este Espírito é o dom que o Cristo deixou para que sua Esposa possa enveredar pela incerteza da História, confiando na garantia da assistência divina. Este Espírito não é prometido aos espíritos mundanos; ele não é conduzido nem pela simples inteligência, nem por qualquer autoridade. Não só os pastores, mas os fiéis católicos, devem se preocupar sobretudo em examinar “com espírito sincero e atento, o que dentro da própria família católica deve ser renovado e realizado” (UR 4e)⁴³. Ninguém na Igreja tem poder sobre o Espírito. Todos, pois, rebanho e pastores, trabalhando fielmente neste sentido, devem dizer “somos servos inúteis” (Lc 17,10)⁴⁴. E, orando, devem esperar que o Pai faça surgir o imperscrutável futuro, situado além de todas as utopias, que ele reserva para sua Igreja peregrina.

b) A Palavra de Deus na comunidade dos fiéis

14. O povo simples, ao contato com a vida e suas duras realidades, embora sem saber explicitar claramente nem justificar cientificamente certos valores humanos e cristãos, precede, às vezes, os próprios pastores e teólogos, na captação de tais valores. O contato direto com a vida em contínua mutação, permite-lhe que o eco de certas verdades cristãs ressoe nele numa forma nova. É ele que, muitas vezes, dá o sinal de alerta, que deve ser escutado. De outro modo, a mensagem de Cristo corre o risco de se tornar formal e desencarnada nos teólogos e nos pastores. Este sinal de alerta, deve incutir em todos um extremo respeito e uma profunda sensibilidade perante a consciência cristã do povo e os perigos com que a pode ameaçar a divulgação apressada de hipóteses não submetidas ainda ao rigor da crítica teológica.

Nisto o teólogo mostraria, mais do que por argumentos, que o carisma não é dele, mas do Espírito, para o bem de toda a Igreja. Nisto mostraria saber que o seu carisma tem sua última e plena prova de autenticidade, no amor à comunidade e, especialmente, a seus irmãos mais humildes. Nesta sublime tarefa, os teólogos ajudam em espírito de obediência, que é amor, com aquela crítica responsável, que nasce da fé viva, para que o Povo de Deus compreenda, de maneira sempre mais pura e mais total, o divino amor que

nos salva. Eles devem ser, em espírito de responsabilidade perante Deus e a comunidade, como que a consciência mais aguda da fé presente na Igreja. Mas eles não são uma instância acima dos pastores e acima da comunidade, e sim servidores da Igreja regida pelos Pastores e sempre obedientes ao Espírito. O mistério da fé é dom gratuito de Deus. Por isso mesmo, tem em si uma dimensão incalculável. Todos guardam esta fé, enquanto, com esperança na misericórdia da graça, se deixam guardar por ela.

c) O mistério central: Cristo em sua Páscoa

15. Já agora podemos perceber com mais clareza o sentido do trabalho daqueles que cooperam com os pastores, na interpretação e na pregação da Palavra. A teologia não visa aquela inteligibilidade que reduziria a fé a um mero “objeto de intelecto”. Ela sabe que a inteligibilidade de fé consiste na percepção do único mistério central e absoluto, dentro dos múltiplos artigos da fé, preparando assim a inteligência e a vontade humana para a plena e última obediência da fé (Rm 6,16)⁴⁵. Por este serviço, a uma fé mais pura e esclarecida, e ao mesmo tempo, mais total e comprometedora, a teologia serve verdadeiramente à comunidade cristã. A Igreja precisa, com urgência, não só de um número íntegro de artigos de fé, mas da purificação e plenificação daquela fé, que nos faz partícipes da vitória pascal de Cristo.

Os pastores pecariam contra a esperança e contra o seu primordial dever de anunciar o Evangelho, se não se servissem do trabalho teológico. O trabalho dos teólogos tornar-se-ia uma ideologia alienada, se não estivesse a serviço da unidade e da pureza da fé na Igreja, sob a autoridade dos pastores (UR 4c)⁴⁶. A autoridade do Magistério é divinamente garantida na missão de reger o único rebanho de Cristo na sua fé, idêntica sempre, mas sempre em crescimento ao longo da História. A autoridade dos teólogos não se situa no mesmo nível da autoridade dos pastores e, por isso, não lhes faz concorrência. Ela se manifesta em juízos de inteligência humana, mas se baseia no próprio apelo divino, que quer a nossa entrega total na fé, obediente e responsável. Os pastores nunca podem se satisfazer com a proposição de verdades periféricas. É sua missão conduzir este rebanho ao centro, que é o Bom Pastor, no mistério da Páscoa.

III. A FÉ NA SUA PUREZA E UNIDADE

1. Os grandes temas da fé

“Guarda o precioso legado, pela virtude do Espírito Santo que habita em nós” (2Tm 1,14).

16. Neste esforço de todos para explicitar a riqueza do depósito revelado, a Igreja chega à consciência plena e a formulações definitivas de sua fé na única Verdade. Há momentos na história da Igreja em que se torna imperioso reafirmar alguns dos temas desta nossa fé, através dos quais todas as verdades cristãs se ligam diretamente ao mistério central: Deus, em Jesus Cristo, é definitivamente o Salvador da humanidade; e na sua Igreja esta obra salvadora se realiza através de todos os tempos.

O homem não é uma peça do universo. Não é apenas matéria ou animal super-desenvolvido. Ele tem em si, em todo o seu impulso para a verdade, em todo o seu apelo para o amor, um secreto e incoercível anseio, sob o influxo da graça (GS 22d; LG 16)⁴⁷, pelo Deus vivo e transcendente. Ele leva em si, mesmo sem o saber, por graça divina, a abertura para o arcano mistério de Deus que é amor (GS 22e)⁴⁸. Não pode entender a mensagem cristã quem não reconhecer no homem essa dignidade que transcende absolutamente todo o universo material. Só nessa sua abertura espiritual poderá ele ser entendido na sua vocação para a comunhão de vida com Deus.

O homem vive essa abertura para Deus não apenas quando o assume diretamente como termo de sua adoração e de seu amor. Sempre que o homem se liberta de si mesmo e, num verdadeiro e autêntico amor, respeita e ajuda o próximo, começa, consciente ou inconscientemente, a se abrir perante o Absoluto. A transcendência do amor fraterno

abre-se para a transcendência divina, porque divina é sempre a razão pela qual o homem respeita alguém incondicionalmente. Deus é a razão pela qual meu amor ao próximo é amor santificador: “O que fizestes ao menor de meus irmãos, a mim o fizestes” (Mt 25,40)⁴⁹.

A história do homem não é a história de uma busca desesperada, de uma pergunta sem resposta, de uma escuridão sem luz. Não é um destino cego, mas uma destinação do infinito amor do Pai que se revelou na história humana. A Revelação não é a história do desabrochar da inteligência da espécie. Ela é real intervenção e presença de Deus Salvador na História.

17. O vértice e a plenitude de toda Revelação aconteceu em Jesus de Nazaré, realmente homem de nossa espécie e de nossa história e realmente Deus, Filho Unigênito do Pai, na sua eterna origem divina. Em Jesus, conhecemos quanto Deus nos amou. A absoluta gratuidade do amor eterno é a forma original da relação de Deus conosco. Foi Ele quem tomou a iniciativa do amor: “Ele nos amou primeiro” (1Jo 4,10)⁵⁰. A gratuidade do amor do Pai, que se manifesta em Jesus, nos confere uma vocação para uma real vida com Deus e em Deus, vida que desde agora começa realmente em nós. Já somos “nova criatura” (2Cor 5,17)⁵¹. E temos também a certeza de que pela morte e ressurreição de Cristo, nossa esperança não se limita a esta vida (1Cor 15,19)⁵². É uma esperança num destino eterno, além da morte quando todas as nossas mais profundas aspirações serão plenamente realizadas, se tivermos correspondido ao amor do Pai: “Os que praticaram o bem irão para a ressurreição da vida, e os que praticaram o mal ressuscitarão para serem condenados” (Jo 5,29)⁵³.

A obra pascal de Deus em Cristo é a plenitude da revelação de Deus. O que Ele nos revelou sobre seu arcano e eterno mistério, não nos falou pela mediação de criaturas, mas por sua própria e pessoal comunicação. Aquele que se manifestou como insondável e incompreensível mistério é o Pai; aquele que se revelou como a comunicação vital do Pai é a Palavra, o Filho eterno de Deus; aquele que infunde em nós a vida e faz desabrochar em nosso amor o eterno amor do Pai e do Filho é o Espírito Santo (Rm 5,5)⁵⁴. Deus, que se fez conhecido em nossa história salvífica como Trino é, em si, na sua eterna vida, um só Deus em três Pessoas.

18. Da Páscoa de Cristo jorra a fonte da vida para nós. Na sua morte nasce a vida da Esposa do Verbo, que é a *Igreja*. Esta Igreja tem a garantia da indefectibilidade. O Espírito pascal a guarda na sua fidelidade ao Esposo. Foi Cristo mesmo quem a fundou, e a quis visível e identificável, quando deu a Pedro a missão de reger o seu rebanho e quando escolheu os Doze para que anunciassem o seu nome até os confins da terra. Neles, através de seus sucessores, tem ela, a garantia segura de sua infalibilidade.

A Palavra que ela anuncia é a Palavra viva e reconciliadora do próprio Deus (2Cor 5,18)⁵⁵. Em situações decisivas da vida, ela fala a Palavra divina, acompanhada por gestos que prolongam até nós a salvação operada na cruz. Estes sinais-palavra, os sacramentos, têm sua origem em Cristo e são sete modos específicos e eficazes pelos quais o pecador é assumido no mistério da Páscoa.

A mensagem de Cristo, de que a Igreja é depositária, é norma de vida. No tocante à moral e aos costumes, existem verdades que não podem ser relativizadas por contingências de tempo ou de culturas. A partir dessas verdades é que a Igreja defende, contra todas as contestações, imperativos morais, tais como, entre outros, o direito do nascituro à vida, contra o aborto; a indissolubilidade do vínculo conjugal, contra a desintegração da família; a dignidade da pessoa humana, contra a permissividade sexual; o direito do homem à sua plena realização, contra todas as formas de injustiça social. Por isso, compreendida ou não, a Igreja deve assumir sempre, sem discriminações, a missão, por vezes difícil, de defensora de todos os legítimos direitos do homem e da mulher.

2. A Igreja a caminho da Verdade plena

*"O religioso obséquio do Espírito" (LG 25)*⁵⁶.

19. O Magistério, mesmo quando não infalível, tem a autoridade de Cristo.

A Igreja, hoje como nos primeiros tempos, deve optar, muitas vezes, por posições concretas, mesmo doutrinárias, sem com isto poder engajar de modo definitivo e irrevogável a sua infalibilidade.

Mesmo na convivência humana, é reconhecida uma autoridade da palavra, ainda quando ela não chegou à sua última certeza. Analogamente, pois se trata apenas de uma analogia, o Magistério deve, por vezes, falar e fala com verdadeira autoridade, mesmo quando o seu julgamento não pôde chegar a seu último e pleno amadurecimento. Um dia, se o Espírito da Verdade o permitir, a Igreja chegará a conhecer, formular e crer outros aspectos da Verdade, com maior evidência. Em muitos pontos da doutrina católica, não se vê ainda, com toda a clareza, o seu nexos com o cerne da Verdade imutável. Para a interpretação da fé, na sua substância, são necessários, não apenas os dogmas, mas também muitas outras afirmações doutrinárias sem cuja explicitação não se poderia interpretar a verdade central.

Há muitos ensinamentos que estão a serviço da Verdade maior. Todavia suas expressões ou afirmações doutrinárias podem ter em si uma dimensão relativa, não definitiva. Isto não significa, porém, que possam ser objeto de livre negação do seu real conteúdo e da sua última intenção.

20. A doutrina católica sobre o pecado original pode oferecer-nos um exemplo. Não se trata de uma doutrina ingênua, superada pelas descobertas das ciências. A mensagem católica se situa em outro plano. Ela sabe que Deus fez tudo bom, e que foi pela culpa livre e responsável do homem que o mal entrou no mundo. Este mal se transmite de geração em geração, não como culpa no sentido pessoal, mas como culpa real que atinge todo homem, anteriormente a qualquer ato subjetivo, meritório ou pecaminoso. É a doutrina da radical indigência humana, causada pela culpa livre desde o início, que só do amor de Deus pode esperar a salvação. É este o conteúdo irreduzível da mensagem definida, e não certas imagens eventualmente úteis usadas na sua apresentação. A Igreja jamais definiu em que consistiu materialmente esse pecado de origem, nem como exatamente ele atinge a cada um de nós.

21. A doutrina católica sobre a eucaristia oferece-nos outro exemplo. É fé católica que o Cristo se torna realmente presente na Sagrada Eucaristia, pela palavra sacramental da consagração. Não se trata de uma presença induzida pela comunidade eucarística. Trata-se de uma presença permanente, enquanto perduram as espécies eucarísticas. A fórmula tradicional pela qual a Igreja exprime o fato deste mistério é "transubstanciação". A Igreja sabe que hoje, para o homem moderno, o termo "substância" tem conotações bem diversas das que tinha quando serviu para a formulação da doutrina no século XI (cf. "Mysterium Ecclesiae", REB 33, 1973, 696-697)⁵⁷. Empregando ainda hoje a palavra "transubstanciação", a Igreja não se envolve em discussões científicas, mas garante o conteúdo do dogma da presença real.

22. Quanto ao problema do Magistério não infalível, duas afirmações seriam incorretas. A primeira seria aquela que exigisse que o Magistério só se pronunciasse quanto ao que é imutavelmente definido. A segunda seria aquela que pretendesse se eximir de qualquer forma de obediência, sempre que o Magistério se pronunciasse em caráter não irrevogável.

Aquele que exigisse em tudo um consentimento definitivo e absoluto, não prestaria serviço à Igreja, nem ao Magistério, porque sua exigência redundaria numa implícita restrição do Magistério, aos casos de dogmas definidos. Tal posição relegaria de fato o Magistério a um silêncio, apenas interrompido por raras definições dogmáticas.

Na realidade, a vida da Igreja é muito mais dinâmica. Ela demonstra o milagre da unidade de sua fé, exatamente enquanto ainda caminha na escuridão e nas incertezas da História. O Magistério tem sempre o dever e a autoridade de ensinar em nome de Cristo e de conduzir o Povo de Deus na unidade. Nenhum pastor, por medo de um eventual erro numa proposição não infalível, tem o direito de se abster de uma palavra responsável e corajosa e de um julgamento firme e prudente, quando o bem comum da Igreja precisa de uma orientação na unidade e na busca da verdade mais plena. Em tal caso, quando não se trata de uma doutrina absolutamente definida, o cristão não está simplesmente livre. Sua obediência, ainda que não irrevogável ou incondicionadamente definitiva, é um verdadeiro “obséquio religioso do Espírito”.

A história da Igreja tem exemplos que mostram como certas fórmulas provisórias tiveram função relativa e, não obstante, decisiva. E assim, exigiam obediência, ainda que não incondicionalmente absoluta. Muitas eram depois abandonadas ou até corrigidas. Assim foi que a Igreja cresceu na unidade imutável da fé.

23. Desta doutrina decorrem duas conseqüências importantes: os ensinamentos do Magistério, também nos seus documentos falíveis, estão a serviço exclusivo da Verdade imutável e da unidade do rebanho de Cristo; todos têm o dever de ater-se a tais ensinamentos, com religioso obséquio do espírito” (LG 25)⁵⁸.

A Igreja não é uma academia. É o Povo de Deus salvo e a caminho da plena verdade pascal. Ela não exige obediência cega a ensinamentos não formulados definitivamente. Exige uma obediência religiosa, baseada na fé responsável, brotada da intenção de contribuir para a autêntica unidade da Igreja, sob a graça do Espírito e em união com os Pastores. Diz por isso o Concílio, que tais doutrinas devem ser “sinceramente acolhidas, sempre de acordo com a sua mente e vontade” (LG 25a)⁵⁹. O recente documento da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, “Mysterium Ecclesiae”, de 24 de junho de 1973, diz: “Os fiéis não podem se limitar a ouvir simplesmente os Bispos como peritos da doutrina católica, mas estão obrigados a acatar os seus ensinamentos, ministrados em nome de Cristo, com um grau de adesão proporcionada à autoridade de que estão revestidos e que intentam exercer” (REB 33, 1973, 693)⁶⁰. A mente e a vontade do Magistério só podem ser a fidelidade a Deus que se revela em Jesus Cristo, e a unidade de seu rebanho.

O fato de alguém pensar que pode e deve discordar de uma sentença do Magistério falível não o exime de toda obrigação. Ele não estará isento de seu compromisso com toda a comunidade da fé. É sua primeira obrigação buscar, com espírito de fé e amor, aquela verdade inegável, em cuja defesa o Magistério achou dever fazer tais afirmações doutrinárias, talvez não ainda amadurecidas e definitivas. Ele deve evitar todo escândalo na comunidade dos fiéis e respeitar, em espírito de fé, a autoridade dos Pastores da Igreja. Só assim não pecará contra essa autoridade divinamente instituída, solidarizando-se com ela na mesma intenção de evidenciar e defender a Verdade mais profunda. A autoridade dos Apóstolos e de seus sucessores foi instituída por Cristo, não apenas para explicitar doutrinas com pronunciamentos definitivos e infalíveis, mas para conduzir todo o rebanho, em nome e pelo poder de Cristo, seu Supremo Pastor, em demanda da Verdade plena e do pleno amor.

Assim na fé se realiza aquela adesão ao Cristo pela qual toda a nossa existência é como que desapropriada de si mesma, para que dela se aproprie Deus que se manifestou na cruz e na ressurreição (1Cor 6,19)⁶¹. Na fé, a cruz, símbolo de maldição, torna-se título de perdão e de graça, causa de salvação eterna (Gl 3,13; 2Cor 5,21)⁶². Mediante a fé, que é entrega total e confiança de amor, Cristo aparece como o principal agente e senhor da história de sua Igreja, que em nós “com a esperança dos bens futuros, leva a termo a obra que lhe foi entregue pelo Pai” (LG 48)⁶³.

CONCLUSÃO

O amor à Igreja concreta

“Sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1)⁶⁴.

24. Mesmo criticando, com discernimento de fé e de amor, mesmo divergindo dentro de um sadio pluralismo, mesmo corrigindo a “pouca fé” do povo e até dos Pastores, todos devemos amar a Igreja de Cristo e testemunhar a sua fé em pureza e unidade. Amá-la, não como se ama uma idéia abstrata, mas como se ama aquela que nos engendrou para a vida, a vida sobrenatural, e nos introduziu na Família de Deus. Amar a Igreja como se amam a vida e a amizade, valores sagrados que nos custam sofrimento. Amar a Igreja concreta, com estes seus pastores, com este seu povo, amado por Cristo com solicitude de Redentor.

A Igreja, não só na sua plenitude escatológica, mas desde já em meio a tantas vicissitudes da História, vive realmente nas comunidades legitimamente constituídas, - especialmente Paróquia e Diocese -, que se integram na Igreja Universal. Esta Igreja concreta é a Esposa amada do Verbo (cf. LG 6; 7; SC 7b; 42; LG 23a)⁶⁵. Esta Igreja, sofrendo, embora, ainda a história do pecado, da mediocridade e da infidelidade, já tem sempre em si a história do mistério da graça redentora. Toda ela vive constantemente do perdão e da insondável gratuidade do amor e assim todos os que a ela pertencem, devem amá-la na sua aparência histórica deficiente, mas que já traz em si o início e a presença real da plenitude.

Se ela é “sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1)⁶⁶, todos, Pastores e fiéis, com suas funções específicas, devem contribuir para que a sua unidade interna nunca seja uma unidade apenas aparente e artificial, mero resultado de uma técnica organizatória. Tal unidade não só viria trair as legítimas aspirações pluralistas dos homens que ela deve salvar, como também, e primordialmente descumpria o divino testamento do Cristo (Jo 17,21; Jo 15,1-17)⁶⁷. Obediente à vontade daquele que nos escolheu, a Igreja transcende as altercações estéreis, as suspeitas e acusações destrutivas, tão dolorosas entre irmãos, e se solidariza com “as alegrias e esperanças, com as tristezas e angústias dos homens de hoje” (GS 1)⁶⁸, cuja salvação lhe foi confiada.

Esta Igreja não é apenas a soma de todos os que se declaram fiéis. Esposa de Cristo, o que realiza a sua unidade é a participação na vida do Senhor Jesus e de sua graça vitoriosa, que lhe comunica a certeza indefectível da vitória pascal. Maior do que a nossa dor pelo pecado, que vela em parte a sua verdadeira face, é a nossa certeza de que para uma grande multidão, a graça é verdadeiramente eficaz, e a certeza de que em muitos, a Igreja já é santa. Pertencer a esta Igreja concreta, dentro de uma comunidade histórica e legitimamente reunida, é pertencer de modo mais pleno a Cristo. No amor à Igreja se concretiza a nossa fé e a nossa entrega agradecida ao divino Redentor que nela vive.

Cresçamos todos juntos na fé, para todos juntos testemunhá-la em sua pureza e unidade. A unidade na fé não pode ser obtida com o sacrifício da pureza da fé. Antes, esta mesma pureza inclui a exigência da unidade. Pelo amor do Cristo, não permitamos que se rompa o vínculo da paz. Uma Igreja dividida não seria para o mundo sinal de que nela o Cristo Unificador está presente.

Ninguém deve “apagar o Espírito”; todos devem “examinar tudo e conservar o que é bom, abstendo-se de toda espécie de mal” (1Ts 5, 19-22)⁶⁹. Porque, “se com tua boca confessares que Jesus é o Senhor e, em teu coração, creres que Deus o ressuscitou dos mortos, serás salvo” (Rm 10,9)⁷⁰.

Referências

Nota:1

Rm 8,16-18: “O próprio Espírito assegura ao nosso espírito que somos filhos de Deus. E se somos filhos, somos também herdeiros: herdeiros de Deus, herdeiros junto com Cristo, uma vez que, tendo participado dos seus sofrimentos, também participaremos da sua glória. Penso que os sofrimentos do momento presente não se comparam com a glória futura que deverá ser revelada em nós”.

Jo 3,11-12: “Eu garanto a você: nós falamos aquilo que sabemos, e damos testemunho daquilo que vimos, mas, apesar disso, vocês não aceitam o nosso testemunho. Se vocês não acreditam quando eu falo sobre as coisas da terra, como poderão acreditar quando eu lhes falar das coisas do céu? Ninguém subiu ao céu, a não ser aquele que desceu do céu: o Filho do Homem”.

Jo 3,31-36: “Aquele que vem do alto, está acima de todos. Quem é da terra, pertence à terra e fala como terrestre. Aquele que vem do céu, dá testemunho daquilo que viu e ouviu, mas ninguém aceita o seu testemunho. E quem aceita o seu testemunho, comprova que Deus é verdadeiro. De fato, aquele que Deus enviou fala as palavras de Deus, porque Deus lhe dá o Espírito sem medida. O Pai ama o Filho, e entregou tudo em sua mão. Aquele que acredita no Filho, possui a vida eterna. Quem rejeita o Filho nunca verá a vida, pois a ira de Deus permanece sobre ele”.

Nota:2

1Cor 12,3: “Por isso, eu declaro a vocês que ninguém, falando sob a ação do Espírito de Deus, jamais poderá dizer: Maldito Jesus! E ninguém poderá dizer: Jesus é o Senhor! a não ser sob a ação do Espírito Santo”.

At 11,21-23: “A mão do Senhor estava com eles, de modo que foi grande o número dos que acreditaram e se converteram ao Senhor. A notícia chegou aos ouvidos da igreja de Jerusalém, e esta enviou Barnabé para Antioquia. Quando Barnabé chegou e viu a graça de Deus, ficou muito contente e os animou a permanecerem de todo o coração ligados ao Senhor”.

Nota:3

At 16,14: “Uma delas se chamava Lídia; era comerciante de púrpura, da cidade de Tiatira. Lídia acreditava em Deus e escutava com atenção. O Senhor abra o seu coração para que aderisse às palavras de Paulo”.

Nota:4

At 9,11: “E o Senhor disse: Prepare-se, e vá até a rua que se chama rua Direita e procure na casa de Judas, um homem chamado Saulo, apelidado Saulo de Tarso. Ele está rezando”.

Nota:5

Concílio Vaticano II, LG 25c: “A infalibilidade na doutrina a respeito da fé e dos costumes, que o divino Redentor garante à sua Igreja, é tão ampla quanto é amplo o ensinamento da própria revelação divina, que deve ser conservado e fielmente manifestado. O pontífice romano, cabeça do colégio episcopal, goza desta infalibilidade em virtude de sua função de confirmar seus irmãos na fé (cf. Lc 22, 32) e de proclamar, de maneira definitiva, a doutrina relativa à fé e aos costumes, como pastor e doutor supremo de todos os fiéis. Por isso se diz que suas definições são irrefutáveis por si mesmas e não dependem do consentimento da Igreja. São tomadas sob a assistência do Espírito Santo, prometida ao próprio Pedro. Não têm necessidade de nenhuma aprovação nem estão sujeitas à apelação junto a qualquer outro juiz. O pontífice romano não profere tal sentença como pessoa particular, mas como mestre supremo da Igreja universal, dotado, como tal, do carisma da infalibilidade da própria Igreja, no que se refere à manifestação e defesa da fé católica. A infalibilidade da Igreja reside igualmente no corpo episcopal, quando exerce o magistério supremo, em comunhão com o sucessor de Pedro. O assentimento a essas definições por parte da Igreja não faltará nunca, em virtude da ação do próprio Espírito Santo, que sustenta e faz crescer o rebanho de Cristo, na unidade. Quando o pontífice romano ou o corpo episcopal em conjunto com ele, definem uma doutrina, fazem-no segundo a própria revelação, a que todos devem se referir e conformar. Essa revelação, por meio da Escritura ou da Tradição, é integralmente transmitida pela sucessão legítima dos bispos, em especial do pontífice romano, santamente conservada e fielmente manifestada na Igreja, pela luz do Espírito da verdade. O pontífice romano e os bispos, em virtude de seu ofício, levando em conta a importância da matéria, empenham-se em melhor conhecer e a exprimir da maneira mais adequada essa tradição. Não aceitam nenhuma nova revelação pública como fazendo parte do ensinamento da fé”.

Nota:6

Concílio Vaticano II, LG 25b: “A principal função dos bispos é a pregação do Evangelho. São porta-vozes da fé, para trazer a Cristo novos discípulos. São, além disso, doutores legítimos, isto é, dotados da autoridade de Cristo. Compete-lhes mostrar a norma da fé e a prática dos costumes ao povo que lhes é confiado. Iluminar esse mesmo povo com a luz do Espírito Santo, tirando coisas novas e velhas do tesouro da revelação (cf. Mt 13, 52). Fazê-las frutificar, afastando, vigilantes, de seu rebanho, todos os erros (cf. 2Tm 4, 1-4). Os bispos que ensinam em comunhão com o pontífice romano devem ser acolhidos por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Os fiéis, por sua vez, devem concordar com as decisões tomadas por seu bispo a respeito da fé e dos costumes, acolhendo-as, em nome de Cristo, com respeito religioso. O magistério legítimo do pontífice romano, mesmo quando não fala ex cathedra, deve receber especial acolhimento religioso da vontade e da inteligência, e ser respeitosamente reconhecido. As decisões do pontífice devem ser sinceramente acolhidas, conforme ele as entende. Sua vontade deve ser seguida, de acordo com o que se deduz, quer da natureza dos documentos, da freqüência com que propõe determinado aspecto ou expressamente da própria maneira de falar”.

Nota:7

Concílio Vaticano II, LG 35a: “Cristo, como grande profeta, proclamou o reino do Pai pelo testemunho de sua vida e pela força de sua palavra. Continua a cumprir sua função profética até a plena manifestação da glória, não só pela hierarquia, que ensina em seu nome e poder, mas também pelos leigos, que estabeleceu como testemunhas e instrui com o senso da fé e a graça da palavra (cf. At 2, 17s; Ap 19, 10), para que a força do Evangelho brilhe na vida social e familiar de todo dia. Os leigos comportam-se como filhos da promessa quando, fortes na fé e na esperança, resgatam o momento presente (cf. Ef 5, 16; Cl 4, 5) e aspiram com paciência pela glória futura (cf. Rm 8, 25). Não escondem essa esperança no interior do coração, mas a tornam manifesta até mesmo nas estruturas sociais, pela vida que levam e pela luta “contra os dominadores deste mundo de trevas e contra os espíritos do mal” (Ef 6, 12).”

Concílio Vaticano II, LG 34b: “Quis então que todos aqueles que tão intimamente associou à sua vida e missão participassem também de sua função sacerdotal, num culto espiritual, para a glória de Deus e a

salvação do gênero humano. Por isso, os leigos, como consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são chamados e dotados de tudo que é preciso para que o mesmo Espírito produza neles frutos cada vez mais abundantes.

Realizando no Espírito Santo todas as suas obras, orações, iniciativas apostólicas, vida conjugal e familiar, trabalho cotidiano, descanso espiritual e corporal, ou mesmo suportando os aborrecimentos da vida com paciência, tornam-se os leigos hóstias espirituais, agradáveis a Deus por Jesus Cristo (cf. 1Pd 2, 5), apresentadas piedosamente ao Pai, na eucaristia, com o oferecimento do corpo do Senhor. Agindo em toda parte como adoradores de Deus, os leigos consagram o mundo a Deus."

Concílio Vaticano II, DV 10a: "Tradição e Escritura constituem um único depósito sagrado da palavra de Deus, confiado à Igreja. Acolhendo-o, o povo santo, unido a seus pastores, persevera na doutrina dos apóstolos, na comunhão, na fração do pão e nas ininterruptas orações (cf. At 2,42). Assim, na conservação da fé, na sua prática e no seu desenvolvimento, pastores e fiéis estão sempre sob a mesma inspiração".

Nota:8

Concílio Vaticano II, LG 12a: "Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12, 11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12, 7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf 1Ts 5,12.19-21)".

Nota:9

Concílio Vaticano II, DV 8b: "Por este caminho, a pregação apostólica, expressa de modo especial nos livros inspirados, se conservará sem quebra de continuidade até o fim dos tempos. Transmitindo o que receberam, os apóstolos exortam os fiéis a guardar as tradições em que foram iniciados oralmente ou por escrito (cf. 2Ts 2, 15) e a lutar pela fé que abraçaram para sempre (cf. Jd 3). Aos apóstolos foi, na realidade, transmitido tudo que contribui para que o povo de Deus leve uma vida santa e cresça na fé. Assim, a Igreja, na sua doutrina, na sua vida e no seu culto perpetua e transmite a todas as gerações tudo que é e tudo em que crê".

Nota:10

cf. **1Jo 2,4:** "Quem diz que conhece a Deus, mas não cumpre os seus mandamentos, é mentiroso, e a Verdade não está nele".

2Ts 2,10-12: "E com toda a sedução que a injustiça exerce sobre os que se perdem, por não se terem aberto ao amor da verdade, amor que os teria salvo. Por isso Deus manda o poder da sedução agir neles, para que acreditem na mentira. Desse modo serão condenados todos os que não acreditaram na verdade, mas preferiram permanecer na injustiça".

Nota:11

Gl 2,5: "Mas para que a verdade do Evangelho continuasse firme entre vocês, em nenhum momento nos submetemos a essas pessoas."

2Cor 11 ,10: "Pela verdade de Cristo que está em mim, declaro que esse título de glória não me será tirado nas regiões da Acaia".

Nota:12

1Jo 5,6: "Este é aquele que veio pela água e pelo sangue: Jesus Cristo. (Ele não veio apenas pela água, mas pela água e pelo sangue.) E é o Espírito quem dá testemunho, porque o Espírito é a Verdade".

Nota:13

Concílio Vaticano II, DV 7b: "Cheio de bondade, Deus estabeleceu que a revelação destinada a todos os povos se mantivesse na sua integridade através dos tempos e fosse transmitida a todas as gerações. Por isso, o Cristo Senhor, em quem se completou toda a revelação de Deus altíssimo (cf. 2Cor 1,20), comunicou aos apóstolos os dons divinos e os encarregou de pregar a todos o Evangelho prometido aos profetas, por ele cumprido e promulgado por sua própria boca, como a fonte da verdade salutar e a expressão da correta maneira de viver. Essa disposição foi fielmente cumprida. Primeiro pelos apóstolos que haviam aprendido diretamente com as palavras, o convívio e a atuação de Cristo e pela ação do Espírito Santo o transmitiram pela pregação, pelo exemplo e pelas instituições que criaram. Depois, pelos apóstolos e homens apostólicos que, sob inspiração do mesmo Espírito Santo, escreveram a mensagem da salvação. Para conservar o Evangelho íntegro e vivo na Igreja, os apóstolos deixaram os bispos como seus sucessores, transmitindo-lhes o lugar que ocupavam no magistério. Esta Tradição sagrada, juntamente com a Escritura dos dois Testamentos são o espelho em que a Igreja peregrina contempla Deus, de quem tudo recebeu, enquanto não chega a vê-lo face a face (cf. 1Jo 3,2)."

Concílio Vaticano II, CD 12: "No exercício de sua função de ensinar, que os bispos anunciem aos homens o Evangelho de Cristo. É uma de suas principais funções. Convoquem-nos à fé, na força do Espírito e nela os confirmem. Proponham-lhes o mistério de Cristo na sua integridade, isto é, com todas as verdades cuja ignorância significaria ignorar Cristo. Indiquem-lhes o caminho divinamente revelado que leva à glória de Deus e, por isso mesmo, à eterna felicidade. Mostrem-lhes, além disso, que as coisas terrenas e as instituições humanas, segundo as disposições do criador, estão ordenadas à salvação da humanidade e que são, por isso, muito valiosas para a edificação do corpo de Cristo. Ensinem o valor que se deve atribuir à pessoa, à liberdade e à vida, segundo a doutrina da Igreja. A importância da família, sua união e sua estabilidade, a fecundidade e a educação dos filhos. O valor da sociedade civil, com suas leis e profissões. O trabalho e o lazer, as artes e as invenções técnicas. Indique, finalmente, como se portar diante das gravíssimas questões relativas à propriedade, ao aumento e à distribuição da riqueza, à paz, à guerra e ao convívio fraterno entre todos os povos."

Concílio Vaticano II, LG 25a: "A principal função dos bispos é a pregação do Evangelho. São porta-voz da fé, para trazer a Cristo novos discípulos. São, além disso, doutores legítimos, isto é, dotados da autoridade de

Cristo. Compete-lhe mostrar a norma fé e a prática dos costumes ao povo que Ihes é confiado. Iluminar esse mesmo povo com a luz do Espírito Santo, tirando coisas novas e velhas do tesouro da revelação (cf. Mt 13,52). Fazê-las frutificar, afastando vigilantes, de seu rebanho, todos os erros (cf. 2Tm 4,1-4). Os bispos que ensinam em comunhão com o pontífice romano devem ser escolhidos por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Os fiéis, por sua vez, devem concordar com as decisões tomadas por seu bispo a respeito da fé e dos costumes, acolhendo-as, em nome de Cristo, com respeito religioso. O magistério legítimo do pontífice romano, mesmo quando não fala *ex cathedra*, deve receber especial acolhimento religioso da vontade e da inteligência, e ser respeitosamente reconhecido. As decisões do pontífice devem ser sinceramente acolhidas, conforme ele as entende. Sua vontade deve ser seguida, de acordo com o que se deduza, quer da natureza dos documentos, da frequência com que propõe determinado aspecto ou expressamente da própria maneira de falar”.

Nota:14

2Cor 1,24: “Não é nossa intenção dominar a fé que vocês têm, mas colaborar para que vocês tenham alegria. Quanto à fé, vocês estão firmes”.

Nota:15

Concílio Vaticano II, DV 10b: “Tradição e Escritura constituem um único depósito sagrado da palavra de Deus, confiado à Igreja. Acolhendo-o, o povo santo, unido a seus pastores, persevera na doutrina dos apóstolos, na comunhão, na fração do pão e nas ininterruptas orações (cf. At 2,42). Assim, na conservação da fé, na sua prática e no seu desenvolvimento, pastores e fiéis estão sempre sob a mesma inspiração. Só ao magistério da Igreja, exercido em nome de Cristo, foi confiada a função de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita e transmitida. Não que o magistério se coloque acima da palavra de Deus, de que está, pelo contrário, a serviço. Por disposição divina e assistência do Espírito Santo, ensina unicamente o que foi transmitido, que procura ouvir com piedade, guardar santamente e expor com fidelidade. Vai assim buscar, no depósito da fé, tudo quanto propõe como divinamente revelado. Tradição, Escritura e Magistério da Igreja, de acordo com a sabedoria divina, estão articulados e de tal forma associados que um não tem consistência sem o outro. Cada um deles contribui eficazmente para a salvação das almas, sob a ação do único Espírito Santo”.

Nota:16

Concílio Vaticano II, DV 8: “Por este caminho, a pregação apostólica, expressa de modo especial nos livros inspirados, se conservará sem quebra de continuidade até o fim dos tempos.

Transmitindo o que receberam, os apóstolos exortam os fiéis a guardar as tradições em que foram iniciados oralmente ou por escrito (cf. 2Ts 2,15) e a lutar pela fé que abraçaram para sempre (cf. Jd 3). Aos apóstolos foi, na realidade, transmitido tudo que contribui para que o povo de Deus leve uma vida santa e cresça na fé. Assim, a Igreja, na sua doutrina, na sua vida e no seu culto perpetua e transmite a todas as gerações tudo que é e tudo em que crê.

A Tradição dos apóstolos, graças à assistência do Espírito Santo, desenvolve-se na Igreja. Amplia-se a percepção das realidades e das palavras, quer pela contemplação e pelo estudo dos fiéis, que as guardam em seu coração (cf. Lc 2,19.51), quer pela compreensão que provém da experiência das coisas espirituais, quer ainda pela pregação daqueles que, sucedendo aos apóstolos, receberam o carisma de certificar a verdade. De fato a Igreja, através dos séculos, tende constantemente à plenitude da verdade divina, até que se realizem totalmente nela as palavras de Deus”.

Nota:17

Concílio Vaticano II, GS 36: “Hoje em dia, muitos temem que a vinculação da atividade humana à moral e à religião prejudique a autonomia das pessoas e da sociedade, constituindo um empecilho para o progresso da ciência. É preciso defender a todo custo a autonomia das realidades terrenas, quando por autonomia se entende que as coisas criadas e as sociedades têm o direito de ser encaradas em si mesmas e de se organizar com seus valores e suas próprias leis, que se vão aos poucos descobrindo, explicitando e aplicando. É uma exigência atual legítima, que está de acordo com a vontade do criador. Por condição própria, as criaturas são dotadas de consistência, verdade e bondade, e possuem suas leis, numa ordem que Ihes é intrínseca. O ser humano as deve respeitar. As ciências e as técnicas, reconhecê-las, de acordo com seus respectivos métodos. A investigação metódica em todas as disciplinas, feita cientificamente e levando em conta as exigências morais intrínsecas ao próprio agir humano, jamais entrará em conflito com a fé, pois uma só e mesma é a origem das criaturas e da fé. Quem investiga com humildade e perseverança o segredo das coisas é conduzido, mesmo sem o saber, pela mão de Deus, que a todas sustenta e faz serem o que são. É lamentável que se tenha introduzido, inclusive entre os cristãos, uma certa atitude de desrespeito à autonomia das ciências, gerando disputas e controvérsias que levaram muitos a pensar que existisse uma oposição entre a ciência e a fé. Quando, porém, se entende por *autonomia das coisas terrenas*, a pretensão de que não foram criadas por Deus e que se pode delas usar sem qualquer referência ao criador, é claro que se trata de uma falsa idéia, a ser rejeitada por todo aquele que reconhece a Deus. Sem o criador a criatura se reduz a nada. Aliás todas as pessoas que têm fé, independentemente da religião que professam, reconhecem a voz e a manifestação de Deus nas criaturas. O esquecimento de Deus torna o mundo incompreensível”.

Nota:18

Concílio Vaticano II, LG 12a: “Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12,11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12,7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e Ihes são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf 1Ts 5,12.19-21)”.

Nota:19

1Cor 14,39: “Portanto, irmãos, aspirem ao dom da profecia e não impeçam que alguém fale em línguas.”

2Cor 5,20: “Sendo assim exercemos a função de embaixadores em nome de Cristo, e é por meio de nós que o próprio Deus exorta vocês. Em nome de Cristo, suplicamos: reconciliem-se com Deus.”

Gl 1,6-10: “Estou admirado de vocês estarem abandonando tão depressa aquele que os chamou por meio da graça de Cristo, para aceitarem outro evangelho. Na realidade, porém, não existe outro evangelho. Há somente pessoas que estão semeando confusão entre vocês, e querem deturpar o Evangelho de Cristo. Maldito aquele que anunciar a vocês um evangelho diferente daquele que anunciamos, ainda que sejamos nós mesmos ou algum anjo do céu. Já dissemos antes e agora repetimos: Maldito seja quem anunciar um evangelho diferente daquele que vocês receberam. Por acaso é aprovação dos homens que estou procurando, ou é aprovação de Deus? Ou estou procurando agradar aos homens? Se estivesse procurando agradar aos homens, eu já não seria servo de Cristo”.

Nota:20

1Cor 12,28: “Aqueles que Deus estabeleceu na Igreja são, em primeiro lugar, apóstolos; em segundo lugar, profetas; em terceiro lugar, mestres... A seguir vêm os dons dos milagres, das curas, da assistência, da direção e o dom de falar em línguas”.

Nota:21

Jo 17,21-22: “para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste. Eu mesmo dei a eles a glória que tu me deste, para que eles sejam um, como nós somos um”.

Nota:22

2Cor 5,18-20: “Tudo isso vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo, e nos confiou o ministério da reconciliação. Pois era Deus quem reconciliava com ele mesmo o mundo por meio de Cristo, não levando em conta os pecados dos homens e colocando em nós a palavra da reconciliação. Sendo assim exercemos a função de embaixadores em nome de Cristo, e é por meio de nós que o próprio Deus exorta vocês. Em nome de Cristo, suplicamos: reconciliem-se com Deus”.

Nota:23

Concílio Vaticano II, DV 10b: “Tradição e Escritura constituem um único depósito sagrado da palavra de Deus, confiado à Igreja. Acolhendo-o, o povo santo, unido a seus pastores, persevera na doutrina dos apóstolos, na comunhão, na fração do pão e nas ininterruptas orações (cf. At 2,42). Assim, na conservação da fé, na sua prática e no seu desenvolvimento, pastores e fiéis estão sempre sob a mesma inspiração. Só ao magistério da Igreja, exercido em nome de Cristo, foi confiada a função de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita e transmitida. Não que o magistério se coloque acima da palavra de Deus, de que está, pelo contrário, a serviço. Por disposição divina e assistência do Espírito Santo, ensina unicamente o que foi transmitido, que procura ouvir com piedade, guardar santamente e expor com fidelidade. Vai assim buscar, no depósito da fé, tudo quanto propõe como divinamente revelado. Tradição, Escritura e Magistério da Igreja, de acordo com a sabedoria divina, estão articulados e de tal forma associados que um não tem consistência sem o outro. Cada um deles contribui eficazmente para a salvação das almas, sob a ação do único Espírito Santo”.

Concílio Vaticano I, Pastor Aeternus, cap. IV, D. 1839.

Nota:24

Concílio Vaticano II, LG 25b: “A principal função dos bispos é a pregação do Evangelho. São porta-vozes da fé, para trazer a Cristo novos discípulos. São, além disso, doutores legítimos, isto é, dotados da autoridade de Cristo. Compete-lhes mostrar a norma da fé e a prática dos costumes ao povo que lhes é confiado. Iluminar esse mesmo povo com a luz do Espírito Santo, tirando coisas novas e velhas do tesouro da revelação (cf. Mt 13, 52). Fazê-las frutificar, afastando, vigilantes, de seu rebanho, todos os erros (cf. 2Tm 4,1-4). Os bispos que ensinam em comunhão com o pontífice romano devem ser acolhidos por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Os fiéis, por sua vez, devem concordar com as decisões tomadas por seu bispo a respeito da fé e dos costumes, acolhendo-as, em nome de Cristo, com respeito religioso. O magistério legítimo do pontífice romano, mesmo quando não fala ex cathedra, deve receber especial acolhimento religioso da vontade e da inteligência, e ser respeitosamente reconhecido. As decisões do pontífice devem ser sinceramente acolhidas, conforme ele as entende. Sua vontade deve ser seguida, de acordo com o que se deduz, quer da natureza dos documentos, da frequência com que propõe determinado aspecto ou expressamente da própria maneira de falar”.

Nota:25

Jo 16,13: “Quando vier o Espírito da Verdade, ele encaminhará vocês para toda a verdade, porque o Espírito não falará em seu próprio nome, mas dirá o que escutou e anunciará para vocês as coisas que vão acontecer”.

Nota:26

Concílio Vaticano II, DV 10b: “Tradição e Escritura constituem um único depósito sagrado da palavra de Deus, confiado à Igreja. Acolhendo-o, o povo santo, unido a seus pastores, persevera na doutrina dos apóstolos, na comunhão, na fração do pão e nas ininterruptas orações (cf. At 2,42). Assim, na conservação da fé, na sua prática e no seu desenvolvimento, pastores e fiéis estão sempre sob a mesma inspiração. Só ao magistério da Igreja, exercido em nome de Cristo, foi confiada a função de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita e transmitida. Não que o magistério se coloque acima da palavra de Deus, de que está, pelo contrário, a serviço. Por disposição divina e assistência do Espírito Santo, ensina unicamente o que foi transmitido, que procura ouvir com piedade, guardar santamente e expor com fidelidade. Vai assim buscar, no depósito da fé, tudo quanto propõe como divinamente revelado. Tradição, Escritura e Magistério da Igreja, de acordo com a sabedoria divina, estão articulados e de tal forma associados que um não tem consistência sem o outro. Cada um deles contribui eficazmente para a salvação das almas, sob a ação do único Espírito Santo”.

Nota:27

cf. **Concílio Vaticano II, LG 25d:** “Quando o pontífice romano ou o corpo episcopal em conjunto com ele, definem uma doutrina, fazem-no segundo a própria revelação, a que todos devem se referir e conformar. Essa revelação, por meio da Escritura ou da Tradição, é integralmente transmitida pela sucessão legítima dos bispos, em especial do pontífice romano, santamente conservada e fielmente manifestada na Igreja, pela luz do Espírito da verdade. O pontífice romano e os bispos, em virtude de seu ofício, levando em conta a importância da matéria, empenham-se em melhor conhecer e a exprimir da maneira mais adequada essa tradição. Não aceitam nenhuma nova revelação pública como fazendo parte do ensinamento da fé”.

Nota:28

Concílio Vaticano II, LG 25: “A principal função dos bispos é a pregação do Evangelho. São porta-voz da fé, para trazer a Cristo novos discípulos. São, além disso, doutores legítimos, isto é, dotados da autoridade de Cristo. Compete-lhes mostrar a norma da fé e a prática dos costumes ao povo que lhes é confiado. Iluminar esse mesmo povo com a luz do Espírito Santo, tirando coisas novas e velhas do tesouro da revelação (cf. Mt 13, 52). Fazê-las frutificar, afastando vigilantes, de seu rebanho, todos os erros (cf. 2Tm4, 1-4). Os bispos que ensinam em comunhão com o pontífice romano devem ser escolhidos por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Os fiéis, por sua vez, devem concordar com as decisões tomadas por seu bispo a respeito da fé e dos costumes, acolhendo-as, em nome de Cristo, com respeito religioso”.

Nota:29

Concílio Vaticano II, DV 23: “Esposa do Verbo encarnado, ensinada pelo Espírito Santo, a Igreja procura constantemente entender melhor as Escrituras, para alimentar os seus filhos com os ensinamentos divinos. Nesse sentido, favorece o estudo das Sagradas Escrituras e dos santos padres, tanto do Oriente como do Ocidente. Os exegetas católicos, unindo seus esforços aos demais estudiosos da teologia, sob a vigilância do Magistério sagrado, devem recorrer aos recursos adequados para pesquisar todos os aspectos dos escritos divinos a fim de que todos os ministros da palavra possam oferecer ao povo de Deus o alimento das Escrituras, que ilumina a mente, conforta a vontade e acende o amor de Deus no coração dos homens. O Concílio estimula os filhos da Igreja que se dedicam aos trabalhos bíblicos a continuarem com novo ânimo no caminho felizmente iniciado, e a se aplicarem nos estudos com um grande senso de Igreja”.

Nota:30

Concílio Vaticano II, LG 25b: “A principal função dos bispos é a pregação do Evangelho. São porta-vozes da fé, para trazer a Cristo novos discípulos. São, além disso, doutores legítimos, isto é, dotados da autoridade de Cristo. Compete-lhes mostrar a norma da fé e a prática dos costumes ao povo que lhes é confiado. Iluminar esse mesmo povo com a luz do Espírito Santo, tirando coisas novas e velhas do tesouro da revelação (cf. Mt 13, 52). Fazê-las frutificar, afastando, vigilantes, de seu rebanho, todos os erros (cf. 2Tm 4, 1-4). Os bispos que ensinam em comunhão com o pontífice romano devem ser acolhidos por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Os fiéis, por sua vez, devem concordar com as decisões tomadas por seu bispo a respeito da fé e dos costumes, acolhendo-as, em nome de Cristo, com respeito religioso. O magistério legítimo do pontífice romano, mesmo quando não fala ex cathedra, deve receber especial acolhimento religioso da vontade e da inteligência, e ser respeitosamente reconhecido. As decisões do pontífice devem ser sinceramente acolhidas, conforme ele as entende. Sua vontade deve ser seguida, de acordo com o que se deduz, quer da natureza dos documentos, da frequência com que propõe determinado aspecto ou expressamente da própria maneira de falar”.

Concílio Vaticano II, DV 10b: “Tradição e Escritura constituem um único depósito sagrado da palavra de Deus, confiado à Igreja. Acolhendo-o, o povo santo, unido a seus pastores, persevera na doutrina dos apóstolos, na comunhão, na fração do pão e nas ininterruptas orações (cf. At 2,42). Assim, na conservação da fé, na sua prática e no seu desenvolvimento, pastores e fiéis estão sempre sob a mesma inspiração. Só ao magistério da Igreja, exercido em nome de Cristo, foi confiada a função de interpretar autenticamente a palavra de Deus escrita e transmitida. Não que o magistério se coloque acima da palavra de Deus, de que está, pelo contrário, a serviço. Por disposição divina e assistência do Espírito Santo, ensina unicamente o que foi transmitido, que procura ouvir com piedade, guardar santamente e expor com fidelidade. Vai assim buscar, no depósito da fé, tudo quanto propõe como divinamente revelado. Tradição, Escritura e Magistério da Igreja, de acordo com a sabedoria divina, estão articulados e de tal forma associados que um não tem consistência sem o outro. Cada um deles contribui eficazmente para a salvação das almas, sob a ação do único Espírito Santo”.

Nota:31

Concílio Vaticano II, DV 12c: “Finalmente, como a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada no mesmo Espírito com que foi escrita, para entender corretamente o sentido dos textos sagrados não se pode desprezar o conteúdo e a unidade de toda a Escritura, nem deixar de levar em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé. Os exegetas devem trabalhar segundo essas regras para melhor compreender e expor o sentido da Sagrada Escritura, contribuindo assim, pelo estudo, para o amadurecimento do pensamento da Igreja. Tudo, porém, que se refere ao modo de interpretar as Escrituras depende em última análise do julgamento da Igreja, que por disposição divina, desempenha o ministério de conservá-las e interpretá-las”.

Nota:32

Concílio Vaticano II, DV 12a: “Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12,11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12,7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf 1Ts 5,12-19-21)”.

Nota:33

Concílio Vaticano II, DV 12b: “Para entender corretamente o que o autor sagrado quis dizer, deve-se considerar, além disso, o modo habitual de sentir, falar e narrar dos seus contemporâneos, assim como a maneira de se relacionar dos seres humanos, seus contemporâneos. Finalmente, como a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada no mesmo Espírito com que foi escrita, para entender corretamente o sentido dos textos sagrados não se pode desprezar o conteúdo e a unidade de toda a Escritura, nem deixar de levar em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé. Os exegetas devem trabalhar segundo essas regras para melhor compreender e expor o sentido da Sagrada Escritura, contribuindo assim, pelo estudo, para o amadurecimento do pensamento da Igreja. Tudo, porém, que se refere ao modo de interpretar as Escrituras

depende em última análise do julgamento da Igreja, que por disposição divina, desempenha o ministério de conservá-las e interpretá-las”.

Nota:34

Concílio Vaticano II, DV 11b: “Tudo o que Deus revelou é fruto da inspiração do Espírito Santo, está contido e se dá a conhecer nas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, cujos livros a Igreja, na fé dos apóstolos, considera sagrados e canônicos, por terem sido escritos sob a inspiração do Espírito Santo (cf. Jo 20,31; 2Tm 3,16; 2Pd 1,19ss; 3,15s), e lhe terem sido transmitidos como tais. Seu autor é Deus. Para escrevê-los, escolheu homens, de cuja capacidade e habilidade se serviu, a fim de que, agindo neles e por intermédio deles, transmitissem por escrito, como verdadeiros autores, tudo e somente aquilo que o próprio Deus queria. Como se considera dito pelo Espírito Santo tudo aquilo que dizem os autores inspirados ou os hagiógrafos, deve-se confessar que os livros das Escrituras ensinam firme e fielmente e sem sombra de erro a verdade que Deus quis transmitir nos livros sagrados, por causa de nossa salvação. Toda Escritura é inspirada por Deus e é útil para ensinar, para refutar, para corrigir, para educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito, preparado para toda boa obra (2Tm 3,16s)”.

Nota:35

Vaticano I, Constituição Dogmática DEI FILIUS, cap. 2, De Revelatione - DS 3004.

Nota:36

Concílio Vaticano II, DV 12c: “Finalmente, como a Sagrada Escritura deve ser lida e interpretada no mesmo Espírito com que foi escrita, para entender corretamente o sentido dos textos sagrados não se pode desprezar o conteúdo e a unidade de toda a Escritura, nem deixar de levar em conta a Tradição viva de toda a Igreja e a analogia da fé. Os exegetas devem trabalhar segundo essas regras para melhor compreender e expor o sentido da Sagrada Escritura, contribuindo assim, pelo estudo, para o amadurecimento do pensamento da Igreja. Tudo, porém, que se refere ao modo de interpretar as Escrituras depende em última análise do julgamento da Igreja, que por disposição divina, desempenha o ministério de conservá-las e interpretá-las”.

Nota:37

Concílio Vaticano II, DV 11b: “Tudo o que Deus revelou é fruto da inspiração do Espírito Santo, está contido e se dá a conhecer nas Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, cujos livros a Igreja, na fé dos apóstolos, considera sagrados e canônicos, por terem sido escritos sob a inspiração do Espírito Santo (cf. Jo 20,31; 2Tm 3,16; 2Pd 1,19ss; 3,15s), e lhe terem sido transmitidos como tais. Seu autor é Deus. Para escrevê-los, escolheu homens, de cuja capacidade e habilidade se serviu, a fim de que, agindo neles e por intermédio deles, transmitissem por escrito, como verdadeiros autores, tudo e somente aquilo que o próprio Deus queria. Como se considera dito pelo Espírito Santo tudo aquilo que dizem os autores inspirados ou os hagiógrafos, deve-se confessar que os livros das Escrituras ensinam firme e fielmente e sem sombra de erro a verdade que Deus quis transmitir nos livros sagrados, por causa de nossa salvação. Toda Escritura é inspirada por Deus e é útil para ensinar, para refutar, para corrigir, para educar na justiça, a fim de que o homem de Deus seja perfeito, preparado para toda boa obra (2Tm 3,16s)”.

Nota:38

Concílio Vaticano II, LG 12a: “Mas não é só pelos sacramentos e pelos ministérios que o Espírito Santo santifica, dirige e fortalece o povo de Deus. Distribuindo os seus dons a cada um, conforme quer (1Cor 12,11), o Espírito Santo distribui graças especiais aos fiéis das mais variadas condições, tornando-os aptos e dispostos a assumir os trabalhos e funções úteis à renovação e ao maior desenvolvimento da Igreja, de acordo com o que está escrito: Cada um recebe o dom de manifestar o Espírito, para utilidade de todos (1Cor 12,7). Todos esses carismas, dos mais extraordinários aos mais simples e mais difundidos devem ser acolhidos com ação de graças e satisfação, pois correspondem às necessidades da Igreja e lhe são úteis. Não se deve porém cobiçar temerariamente os dons extraordinários nem esperar deles, com presunção, frutos significativos nos trabalhos apostólicos. A apreciação sobre os dons e seu exercício ordenado no seio da Igreja pertence aos que a presidem, que têm especial mandato de não abafar o Espírito, mas tudo provar e reter o que é bom (cf. 1Ts 5,12.19-21)”.

Nota:39

Concílio Vaticano II, DV 21: “A Igreja sempre honrou as Escrituras como corpo do Senhor, especialmente na santa liturgia, em cuja mesa não deve faltar nem a palavra de Deus, nem o corpo do Senhor, para serem dados aos fiéis. A Igreja sempre considerou e considera as Escrituras, juntamente com a sagrada Tradição, sua suprema regra de fé. Inspiradas por Deus e definitivamente escritas, nos comunicam de maneira imutável a palavra do próprio Deus e nos fazem ouvir a voz do Espírito Santo, através dos escritos proféticos e apostólicos. Toda a pregação eclesial, como a própria religião cristã, deve-se alimentar e ser orientada pela Escritura. Nos livros sagrados, o Pai que está no céu vem amorosamente falar a seus filhos. É tão grande a força e a virtude da palavra de Deus que ela sustenta e dá vigor à Igreja, corrobora a fé de seus filhos, alimenta a alma, jorra como fonte pura e perene da vida espiritual. Aplica-se à Escritura o que se lê: A palavra de Deus é viva e eficaz (Hb 4, 12) tem o poder de edificar e de dar a vocês a herança entre todos os santificados (At 20, 32; cf. 1Ts 2, 13)”.

Nota:40

2Cor 11,28: “E isso para não contar o resto: a minha preocupação cotidiana, a atenção que tenho por todas as igrejas”.

Nota:41

Jo 14,26: “Mas o Advogado, o Espírito Santo, que o Pai vai enviar em meu nome, ele ensinará a vocês todas as coisas e fará vocês lembrarem tudo o que eu lhes disse.”

Jo 16,13-15: “Quando vier o Espírito da Verdade, ele encaminhará vocês para toda a verdade, porque o Espírito não falará em seu próprio nome, mas dirá o que escutou e anunciará para vocês as coisas que vão acontecer. O Espírito da Verdade manifestará a minha glória, porque ele vai receber daquilo que é meu, e o interpretará para vocês. Tudo o que pertence ao Pai, é meu também. Por isso é que eu disse: o Espírito vai receber daquilo que é meu, e o interpretará para vocês”.

Nota:42

Jo 14,16-17: “Então, eu pedirei ao Pai, e ele dará a vocês outro Advogado, para que permaneça com vocês para sempre. Ele é o Espírito da Verdade, que o mundo não pode acolher, porque não o vê, nem o conhece. Vocês o conhecem, porque ele mora com vocês, e estará com vocês”.

Nota:43

Concílio Vaticano II, UR 4e: “Em primeiro lugar, o esforço, tanto do ponto de vista da verdade como da equidade, para eliminar palavras, juízos e comportamentos que não correspondem à situação em que se encontram, de fato, os irmãos separados e que, portanto, dificultam ainda mais o relacionamento com eles. Além disso, nas reuniões entre cristãos de diferentes Igrejas ou denominações, realizadas com espírito religioso, estabeleça-se um diálogo entre especialistas realmente preparados, em que cada um procure manifestar de maneira mais profunda a doutrina de sua confissão, apresentando-a com toda clareza possível. Esse diálogo permite a todos adquirir melhor conhecimento e formar uma opinião mais correta sobre os vários aspectos da doutrina e da vida das diversas denominações”.

Nota:44

Lc 17,10: “Assim também vocês: quando tiverem cumprido tudo o que lhes mandarem fazer, digam: Somos empregados inúteis; fizemos o que devíamos fazer”.

Nota:45

Rm 6,16: “Vocês não sabem que, oferecendo-se a alguém como escravos para obedecer, vocês se tornam escravos daquele a quem obedecem, seja do pecado que leva à morte, seja da obediência que conduz à justiça?”.

Nota:46

Concílio Vaticano II, UR 4c: “Tudo isso, praticado com prudência e paciência pelos fiéis da Igreja católica, sob vigilância dos pastores, contribui enormemente para o bem da equidade e da verdade, da concórdia e da colaboração, da fraternidade e da união. Dessa forma, os obstáculos que impedem a perfeita comunhão eclesial vão sendo aos poucos superados. Reunidos numa só celebração eucarística, na unidade de uma única e mesma Igreja, os cristãos todos viverão na unidade que Cristo nos proporcionou desde o princípio da Igreja, que acreditamos subsistir de maneira inadmissível na Igreja católica, e esperamos vá crescendo com o tempo, até a consumação dos séculos. É claro que a preparação e a reconciliação daqueles que, pessoalmente, desejam a comunhão católica distingue-se, por natureza, do trabalho ecumênico, embora não haja entre ambos nenhuma oposição, pois são os caminhos que provêm das mesmas admiráveis disposições divinas. Conserve-se a unidade no que é necessário. Mas é indispensável que se conserve também a liberdade, de acordo com a função de cada um, nas várias formas de vida espiritual, de disciplina e até de elaborar teologicamente a verdade revelada. Mas, sobretudo e em tudo, cultive-se a caridade, pois só assim se manifestarão plenamente, em nossos dias, a catolicidade e a apostolicidade da Igreja”.

Nota:47

Concílio Vaticano II, GS 22d: “O cristão, conforme a imagem do Filho, primogênito entre muitos irmãos, recebeu as primícias do Espírito (Rm 8, 23), tornando-se capaz de cumprir a nova lei do amor. Pelo Espírito, que é penhor da herança (Ef 1, 14), o homem interior se renova completamente, até a redenção do corpo (Rm 8, 23): Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês (Rm 8, 11). O cristão precisa sem dúvida e tem o dever de lutar contra o mal através de todas as dificuldades, aceitando, inclusive, a morte. Associado porém ao mistério pascal e configurando-se ao Cristo na morte, caminha animado pela esperança da ressurreição. Isto não vale somente para os fiéis, mas para todos os homens de boa vontade, em cujo coração atua a graça, de maneira invisível.

Como Cristo morreu por todos, todos são chamados a participar da mesma vida divina. Deve-se pois admitir que o Espírito Santo oferece absolutamente a todos os seres humanos a possibilidade de se associar ao mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus. Eis o grande e admirável mistério do ser humano. Os fiéis o reconhecem através da revelação cristã. Por Cristo e em Cristo brilha uma luz no fim do túnel de dor e de morte, que nos sufocaria, não fosse o Evangelho. Cristo ressuscitou. Destruíu a morte com sua morte e a todos deu a vida, para que, como filhos no Filho, clamemos no Espírito: Abba! Pai!”.

Concílio Vaticano II, LG 16: “Os que ainda não receberam o Evangelho mantêm, com o povo de Deus, um relacionamento diversificado. Primeiro o povo a que foram dados os testamentos e as promessas, a cuja raça pertenceu Cristo, por nascimento (cf. Rm 9, 4-5). Povo escolhido com amor, definitivamente, pois os dons e vocação divinos nunca voltam atrás (cf. Rm 11, 28-29). A salvação alcança também aqueles que reconhecem o criador, antes de tudo os muçulmanos, que se filiam à fé de Abraão e conosco adoramos a Deus, único e misericordioso, juiz de todos os homens no último dia. Mas Deus também não está longe daqueles que o buscam como a um desconhecido, através de suas sombras e imagens, pois a todos dá vida, inspiração e tudo o mais (cf. At 17, 25-28) e, como Salvador, os quer salvar a todos, (cf. 1Tm 2, 4). Todos os que buscam a Deus sinceramente, procuram cumprir a sua vontade, conhecida através da consciência, e agem sob o influxo íntimo da graça, podem obter a salvação. A providência divina não priva dos auxílios necessários à salvação aqueles que, sem culpa expressa, ainda não alcançaram o conhecimento de Deus e procuram seguir o caminho do bem, não sem assistência da graça divina. A Igreja interpreta como preparação evangélica tudo que neles há de bom e de verdadeiro, dom daquele que ilumina todos as pessoas a fim de que tenham vida. Os seres humanos são muitas vezes enganados pelo maligno. Com raciocínios vazios trocam a verdade de Deus pela mentira e servem à criatura em lugar do Criador (cf. Rm 1, 21.25). Vivendo e morrendo sem Deus, expõem-se ao eterno desespero. Por isso a Igreja, para a glória de Deus e salvação desses homens e mulheres, empenha-se nas missões, de acordo com o preceito do Senhor: Pregai o Evangelho a todas as criaturas. (Mc 16, 15)”.

Nota:48

Concílio Vaticano II, GS 22e: “O mistério do ser humano só se ilumina de fato à luz do mistério do Verbo encarnado. O primeiro homem, Adão, era imagem do futuro, o Cristo Senhor. Ao revelar o mistério do Pai e de seu amor, Jesus Cristo, o último Adão, manifesta plenamente aos seres humanos o que é o ser humano e a sublimidade da vocação humana. Não admira pois que todas as verdades a que anteriormente aludíamos tenham sua fonte em Cristo e, nele, alcancem sua máxima expressão. Ele é imagem do Deus invisível (Cl 1, 15), homem perfeito, que restituiu aos filhos de Adão a integridade violada pelo pecado. Nele, a natureza humana foi assumida sem ser afetada e, por isso mesmo, tornou-se ainda mais digna e preciosa. Pela sua

encarnação, o Filho de Deus, de certo modo, uniu-se a todos os seres humanos. Trabalhou com mãos humanas, pensou e agiu como qualquer ser humano, amando com um coração humano. Nascido da Virgem Maria, foi realmente um dos nossos em tudo, exceto no pecado. Cordeiro inocente, tendo derramado livremente o seu sangue, nos mereceu a vida. Nele, Deus se reconciliou conosco e nos livrou da escravidão do demônio e do pecado, para que cada um de nós pudesse dizer com o apóstolo: o Filho de Deus me amou e se entregou por mim (Gl 2, 20). Sofrendo por nós, não apenas deu exemplo, para que lhe sigamos os passos, mas estabeleceu o caminho através do qual a vida e a morte ganham um sentido novo e se tornam vias de santificação. O cristão, conforme a imagem do Filho, primogênito entre muitos irmãos, recebeu as primícias do Espírito (Rm 8, 23), tornando-se capaz de cumprir a nova lei do amor. Pelo Espírito, que é penhor da herança (Ef 1, 14), o homem interior se renova completamente, até a redenção do corpo (Rm 8, 23): Se o Espírito daquele que ressuscitou Jesus dos mortos habita em vocês, aquele que ressuscitou Cristo dos mortos dará a vida também para os corpos mortais de vocês, por meio do seu Espírito que habita em vocês (Rm 8, 11). O cristão precisa sem dúvida e tem o dever de lutar contra o mal através de todas as dificuldades, aceitando, inclusive, a morte. Associado porém ao mistério pascal e configurando-se ao Cristo na morte, caminha animado pela esperança da ressurreição. Isto não vale somente para os fiéis, mas para todos os homens de boa vontade, em cujo coração atua a graça, de maneira invisível. Como Cristo morreu por todos, todos são chamados a participar da mesma vida divina. Deve-se pois admitir que o Espírito Santo oferece absolutamente a todos os seres humanos a possibilidade de se associar ao mistério pascal, de maneira conhecida somente por Deus. Eis o grande e admirável mistério do ser humano. Os fiéis o reconhecem através da revelação cristã. Por Cristo e em Cristo brilha uma luz no fim do túnel de dor e de morte, que nos sufocaria, não fosse o Evangelho. Cristo ressuscitou. Destruiu a morte com sua morte e a todos deu a vida, para que, como filhos no Filho, clamemos no Espírito: Abba! Pai!".

Nota:49

Mt 25,40: "Então o Rei lhes responderá: Eu garanto a vocês: todas as vezes que vocês fizeram isso a um dos menores de meus irmãos, foi a mim que o fizeram".

Nota:50

1Jo 4,10: "E o amor consiste no seguinte: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele que nos amou, e nos enviou o seu Filho como vítima expiatória por nossos pecados".

Nota:51

2Cor 5,17: "E o amor consiste no seguinte: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele que nos amou, e nos enviou o seu Filho como vítima expiatória por nossos pecados".

Nota:52

1Cor 15,19: "Se a nossa esperança em Cristo é somente para esta vida, nós somos os mais infelizes de todos os homens".

Nota:53

Jo 5,29: "e sairão dos túmulos: aqueles que fizeram o bem, vão ressuscitar para a vida; os que praticaram o mal, vão ressuscitar para a condenação".

Nota:54

Rm 5,5: "E a esperança não engana, pois o amor de Deus foi derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi dado".

Nota:55

2Cor 5,18: "Tudo isso vem de Deus, que nos reconciliou consigo por meio de Cristo, e nos confiou o ministério da reconciliação".

Nota:56

Concílio Vaticano II, LG 25: "A principal função dos bispos é a pregação do Evangelho. São porta-voz da fé, para trazer a Cristo novos discípulos. São, além disso, doutores legítimos, isto é, dotados da autoridade de Cristo. Compete-lhe mostrar a norma da fé e a prática dos costumes ao povo que lhes é confiado. Iluminar esse mesmo povo com a luz do Espírito Santo, tirando coisas novas e velhas do tesouro da revelação (cf. Mt 13, 52). Fazê-las frutificar, afastando vigilantes, de seu rebanho, todos os erros (cf. 2Tm4, 1-4). Os bispos que ensinam em comunhão com o pontífice romano devem ser escolhidos por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Os fiéis, por sua vez, devem concordar com as decisões tomadas por seu bispo a respeito da fé e dos costumes, acolhendo-as, em nome de Cristo, com respeito religioso".

Nota:57

Cf. **Mysterium Ecclesiae**, REB 33, 1973, p.696-697.

Nota:58

Concílio Vaticano II, LG 25: "A principal função dos bispos é a pregação do Evangelho. São porta-voz da fé, para trazer a Cristo novos discípulos. São, além disso, doutores legítimos, isto é, dotados da autoridade de Cristo. Compete-lhe mostrar a norma da fé e a prática dos costumes ao povo que lhes é confiado. Iluminar esse mesmo povo com a luz do Espírito Santo, tirando coisas novas e velhas do tesouro da revelação (cf. Mt 13, 52). Fazê-las frutificar, afastando vigilantes, de seu rebanho, todos os erros (cf. 2Tm4, 1-4). Os bispos que ensinam em comunhão com o pontífice romano devem ser escolhidos por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Os fiéis, por sua vez, devem concordar com as decisões tomadas por seu bispo a respeito da fé e dos costumes, acolhendo-as, em nome de Cristo, com respeito religioso".

Nota:59

Concílio Vaticano II, LG 25a: "A principal função dos bispos é a pregação do Evangelho. São porta-voz da fé, para trazer a Cristo novos discípulos. São, além disso, doutores legítimos, isto é, dotados da autoridade de Cristo. Compete-lhe mostrar a norma da fé e a prática dos costumes ao povo que lhes é confiado. Iluminar esse mesmo povo com a luz do Espírito Santo, tirando coisas novas e velhas do tesouro da revelação (cf. Mt 13,52). Fazê-las frutificar, afastando vigilantes, de seu rebanho, todos os erros (cf. 2Tm 4,1-4). Os bispos que ensinam em comunhão com o pontífice romano devem ser escolhidos por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Os fiéis, por sua vez, devem concordar com as decisões tomadas por seu bispo a respeito da fé e dos costumes, acolhendo-as, em nome de Cristo, com respeito religioso. O magistério legítimo do pontífice romano, mesmo quando não fala *ex cathedra*, deve receber especial acolhimento religioso da vontade e da inteligência, e ser respeitosamente reconhecido. As decisões do pontífice devem ser sinceramente acolhidas,

conforme ele as entende. Sua vontade deve ser seguida, de acordo com o que se deduz, quer da natureza dos documentos, da frequência com que propõe determinado aspecto ou expressamente da própria maneira de falar”.

Nota:60

Cf. **Mysterium Ecclesiae**, REB 33, 1973, p.693.

Nota:61

1Cor 6,19: “Ou vocês não sabem que o seu corpo é templo do Espírito Santo, que está em vocês e lhes foi dado por Deus? Vocês já não pertencem a si mesmos”.

Nota:62

Gl 3,13: “Cristo nos resgatou da maldição da Lei, tornando-se ele próprio maldição por nós, como diz a Escritura: Maldito seja todo aquele que for suspenso no madeiro”.

2Cor 5,21: “Aquele que nada tinha a ver com o pecado, Deus o fez pecado por causa de nós, a fim de que por meio dele sejamos reabilitados por Deus”.

Nota:63

Concílio Vaticano II, LG 48: “Em Cristo Jesus somos todos chamados a pertencer à Igreja e, pela graça de Deus, a alcançar a santidade. Mas a Igreja só chegará à perfeição na glória celeste, juntamente com o gênero humano, com o qual está intimamente unida e através do qual alcança o seu fim, quando vier o tempo da restauração de todas as coisas (cf. At 3, 21) e o mundo chegar à plenitude em Cristo. (cf. Ef 1, 10; Cl 1, 20; 2Pd 3, 10-13). Levantado da terra, Cristo atraiu tudo a si (cf. Jo 12, 32). Ressuscitando dos mortos (cf. Rm 6, 9), derramou nos discípulos seu Espírito vivificador, fazendo de seu corpo, a Igreja, sacramento universal da salvação. Sentado à direita do Pai, opera continuamente no mundo, conduzindo os homens à Igreja para mantê-los unidos mais intimamente a si mesmo, alimentá-los com seu próprio corpo e sangue e torná-los participantes de sua vida gloriosa. A renovação prometida que esperamos já começou em Cristo. Continua na missão do Espírito Santo e, por seu intermédio, na Igreja em que apreendemos, na fé, o sentido de nossa vida temporal, nos fixamos na esperança dos bens futuros, construímos a obra que nos foi confiada pelo Pai neste mundo, alcançando nosso fim e realizando nossa salvação (Fl 2,12)”.

Nota:64

Concílio Vaticano II, LG 1: “O concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15). A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal. Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo”.

Nota:65

Concílio Vaticano II, LG 6: “Finalmente a Igreja que é a Jerusalém do alto e nossa mãe (Gl 4, 26; cf. Ap 12, 17) é apresentada como a esposa sem mancha do cordeiro imaculado (cf. Ap 19, 7; 21, 2 e 9; 22, 17), que Cristo amou... e pela qual se entregou, para santificá-la (Ef 5, 25-26), unindo-a a si de maneira indissolúvel, alimentando-a e protegendo-a (Ef 5, 29) incessantemente e desejando tê-la unida a si, purificada e obediente, no amor e na fidelidade (cf. Ef 5, 24), que, finalmente, cumula dos bens celestiais para sempre, para compreendermos o amor de Deus e de Cristo por nós, que tudo ultrapassa (Ef 3, 19). Enquanto caminha na terra, longe do Senhor (cf. 2Cor 5, 6), a Igreja está como que exilada. Busca e experimenta as coisas do alto, onde Cristo está sentado à direita de Deus, onde a vida da Igreja está escondida com Cristo em Deus, até que seu esposo apareça revestido de glória (cf. Cl 3, 1-4)”.

Concílio Vaticano II, LG 7: “Ao se unir com a natureza humana e ao superar a morte, com sua própria morte e ressurreição, o Filho de Deus resgatou a humanidade e a transformou numa nova criatura (cf. Gl 6, 15; 2Cor 5, 17). Ao comunicar assim seu Espírito a seus irmãos, provenientes de todos os povos, constituiu, misticamente, um corpo para si. Nesse corpo a vida de Cristo, que sofreu e foi glorificado, comunica-se aos fiéis, pelos sacramentos, de maneira não perceptível, mas real. Pelo batismo nos tornamos semelhantes a Cristo: De fato, fomos todos batizados num único Espírito, para constituir um só corpo (1Cor 12, 13). O rito batismal representa e realiza nossa comunhão na morte e na ressurreição de Cristo. Fomos sepultados com ele pelo batismo, na morte; se pois fomos enxertados em sua morte, participaremos também de sua ressurreição (Rm 6, 4-5). Ao participarmos do pão eucarístico, que é realmente Corpo do Senhor, entramos todos em comunhão com ele, e entre nós. Há um só pão, embora muitos, somos um só corpo, todos os que participamos do mesmo pão (1Cor 10, 17). Tornamo-nos membros deste corpo (cf. 1Cor 12, 27) e membros uns dos outros (Rm 12, 5). Assim como são muitos os membros do corpo humano, mas o corpo é um só, também os fiéis (cf. 1Cor 12, 12). Na edificação do corpo de Cristo há igualmente diversidade de membros e de funções”.

Concílio Vaticano II, SC 7b: “Para realizar tal obra, Cristo está sempre presente à sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas. Presente ao sacrifício da missa, na pessoa do ministro, *pois quem o oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que então se ofereceu na cruz*, mas, especialmente presente sob as espécies eucarísticas. Presente, com sua força, nos sacramentos, pois, quando alguém batiza é o próprio Cristo que batiza. Presente por sua palavra, pois é ele quem fala quando se lê a Escritura na Igreja. Presente, enfim, na oração e no canto da Igreja, como prometeu *estar no meio dos dois ou três que se reunissem em seu nome* (Mt 18, 20).

Cristo age sempre e tão intimamente unido à Igreja, sua esposa amada, que esta glorifica perfeitamente a Deus e santifica os homens, ao invocar seu Senhor e, por seu intermédio, prestar culto ao eterno Pai”.

Concílio Vaticano II, SC 42: “Mas o bispo não pode estar sempre presente à sua igreja, nem presidir o rebanho em toda parte. É preciso, por isso que se constituam comunidades de fiéis. Entre essas, têm especial relevo as paróquias locais, organizadas em torno de um pastor que faz as vezes de bispo. São elas que, de certa forma, representam a Igreja visível existente no mundo. A vida litúrgica paroquial deve manter no espírito e na prática, estreita relação com o bispo, tanto por parte dos fiéis como pelo clero. A celebração da missa dominical é a principal expressão e o sustento do espírito paroquial comunitário”.

Concílio Vaticano II, LG 23a: “A união colegial se manifesta igualmente nas relações recíprocas dos diversos bispos entre si e com a Igreja universal. O pontífice romano, sucessor de Pedro, é princípio e fundamento

visível da unidade, tanto dos bispos como do conjunto dos fiéis. Cada um dos bispos, por sua vez, é princípio e fundamento da unidade, em suas respectivas igrejas particulares com as quais e por meio das quais das quais, à imagem da Igreja universal, se forma a única Igreja católica. Por isso, cada bispo representa a sua igreja e, em união com o papa, a Igreja universal, unida pelo vínculo da paz, do amor e da unidade. À frente de sua igreja particular, o bispo exerce o governo pastoral sobre a porção do povo de Deus que lhe foi confiada, mas não sobre as outras igrejas ou sobre a Igreja universal. Como membros do colégio episcopal e legítimos sucessores dos apóstolos, os bispos devem se preocupar com toda a Igreja, por disposição e preceito do próprio Cristo.

Apesar de não exercerem, sob esse aspecto, nenhum ato de jurisdição, contribuem imensamente para o bem da Igreja universal. Todos os bispos devem promover e defender a unidade da fé e da disciplina comum a toda a Igreja e ensinar aos fiéis o amor do corpo místico de Cristo, especialmente dos membros mais pobres, dos doentes e dos que sofrem perseguição por causa da justiça (cf. Mt 5,10). Devem apoiar todas as iniciativas da Igreja, especialmente no que se refere ao aumento da fé, para que a luz da verdade plena brilhe para todos os homens. Quando dirigem bem a própria igreja, como porção da Igreja universal, cooperam eficazmente para o bem de todo o corpo místico, que é, precisamente, o conjunto de todas as igrejas”.

Nota:66

Concílio Vaticano II, LG 1: “O Concílio deseja ardentemente iluminar todos os homens com a claridade de Cristo, luz dos povos, que brilha na Igreja, para que o Evangelho seja anunciado a todas as criaturas (cf. Mc 16, 15). A Igreja é em Cristo como que o sacramento ou o sinal e instrumento da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano. Insistindo no tema dos concílios anteriores, ela quer manifestar, tanto aos fiéis como ao universo inteiro, com redobrado vigor, sua natureza e sua missão universal. Nos dias de hoje, os homens estão profundamente ligados uns aos outros pelos laços sociais, pela interdependência técnica e pela cultura. Torna-se então mais urgente o dever que tem a Igreja de promover a unidade perfeita de todos, em Cristo”.

Nota:67

Jo 17,21: “para que todos sejam um, como tu, Pai, estás em mim e eu em ti. E para que também eles estejam em nós, a fim de que o mundo acredite que tu me enviaste”.

Jo 15,1-17: “Eu sou a verdadeira videira, e meu Pai é o agricultor. Todo ramo que não dá fruto em mim, o Pai o corta. Os ramos que dão fruto, ele os poda para que dêem mais fruto ainda. Vocês já estão limpos por causa da palavra que eu lhes falei. Fiquem unidos a mim, e eu ficarei unido a vocês. O ramo que não fica unido à videira não pode dar fruto. Vocês também não poderão dar fruto, se não ficarem unidos a mim. Eu sou a videira, e vocês são os ramos. Quem fica unido a mim, e eu a ele, dará muito fruto, porque sem mim vocês não podem fazer nada. Quem não fica unido a mim será jogado fora como um ramo, e secará. Esses ramos são ajuntados, jogados no fogo e queimados.

Se vocês ficam unidos a mim e minhas palavras permanecem em vocês, peçam o que quiserem e será concedido a vocês. A glória de meu Pai se manifesta quando vocês dão muitos frutos e se tornam meus discípulos. Assim como meu Pai me amou, eu também ameiei vocês: permaneçam no meu amor. Se vocês obedecem aos meus mandamentos, permanecerão no meu amor, assim como eu obedeci aos mandamentos do meu Pai e permaneço no seu amor. Eu disse isso a vocês para que minha alegria esteja em vocês, e a alegria de vocês seja completa.

O meu mandamento é este: amem-se uns aos outros, assim como eu ameiei vocês. Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos. Vocês são meus amigos, se fizerem o que eu estou mandando. Eu já não chamo vocês de empregados, pois o empregado não sabe o que seu patrão faz; eu chamo vocês de amigos, porque eu comuniquei a vocês tudo o que ouvi de meu Pai. Não foram vocês que me escolheram, mas fui eu que escolhi vocês. Eu os destinei para ir e dar fruto, e para que o fruto de vocês permaneça. O Pai dará a vocês qualquer coisa que vocês pedirem em meu nome. O que eu mando é isto: amem-se uns aos outros”.

Nota:68

Concílio Vaticano II, GS 1: “As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens e mulheres de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração”.

Nota:69

1Ts 5,19-22: “Não extingam o Espírito, não desprezem as profecias; examinem tudo e fiquem com o que é bom. Fiquem longe de toda espécie de mal”.

Nota:70

Rm 10,9: “Pois se você confessa com a sua boca que Jesus é o Senhor, e acredita com seu coração que Deus o ressuscitou dos mortos, você será salvo”.